

52

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
terceiro trimestre de 2021

CENTRO

DE PORTUGAL



ccdrc

comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

52

**BOLETIM
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao
terceiro trimestre de 2021

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Dezembro de 2021
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdrc.pt
www.ccdrc.pt

Alguns dados da informação conjuntural
encontra-se também em
<http://datacentro.ccdrc.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
DE PORTUGAL

ÍNDICE

- 4 Enquadramento Nacional
- 6 Mercado de Trabalho
- 12 Desemprego Registrado
- 14 Empresas
- 16 Comércio Internacional de Bens
- 19 Turismo
- 21 Construção e Habitação
- 24 Preços e Consumo Privado
- 27 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No terceiro trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 4,2%. Esta variação foi determinada pelo contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 6,1% e o nível de preços aumentou 1,5% face ao trimestre homólogo. O indicador de confiança dos consumidores manteve-se negativo, mas voltou a desacelerar; já o indicador de clima económico permaneceu positivo e até aumentou dando continuidade à tendência de recuperação iniciada no trimestre anterior.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, o mercado de trabalho continuou a evidenciar melhorias. As taxas de atividade e emprego aumentaram e a taxa de desemprego diminuiu, mantendo-se como a mais baixa a nível nacional. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem atingiu máximos históricos.

No setor empresarial da região assistiu-se a uma diminuição das constituições e das ações de insolvência de empresas, sendo o decréscimo das insolvências mais expressivo do que o das novas constituições. Os empréstimos concedidos às empresas continuaram a crescer em termos homólogos reais. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda, igualando novamente o do país e observando o valor mais baixo dos últimos 12 anos. Na construção, as obras concluídas apresentaram uma evolução positiva a avaliar pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores. No entanto, os edifícios licenciados começaram a mostrar sinais de alguma contração, tendo-se observado, contrariamente aos trimestres anteriores, quebras homólogas em todos os indicadores de licenciamento. Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a registar quebras significativas e o seu peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região voltou a observar o valor mais elevado da última década.

O setor do turismo manteve-se em crescimento na região e no país, evidenciando expressivos aumentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico. Também a estada média aumentou ligeiramente na região e em Portugal face a igual período do ano anterior.

No comércio internacional, na Região Centro, continuou a assistir-se a aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens, o que já sucedia há pelo menos um ano. O mercado extracomunitário foi o mais expressivo na variação regional das saídas e das entradas de bens.

A totalidade dos indicadores representativos do consumo privado continuaram a observar evoluções favoráveis na região. O Índice de Preços no Consumidor voltou a aumentar na Região Centro e em Portugal. No contexto regional registou-se o crescimento mais elevado do nível geral dos preços desde 2013.

No PORTUGAL 2020, a 30 de setembro de 2021, estavam aprovados 7,8 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 11,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 381,5 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando 49% dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (70%).

ENQUADRAMENTO NACIONAL

4,2%

foi a variação
homóloga real do PIB

6,1%

foi a taxa de
desemprego nacional

No terceiro trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou um crescimento homólogo real de 4,2%. Esta variação foi determinada pelo contributo positivo da procura interna e negativo da procura externa líquida. A taxa de desemprego nacional diminuiu para os 6,1% e o nível de preços aumentou 1,5% face ao trimestre homólogo. O indicador de confiança dos consumidores manteve-se negativo, mas voltou a desacelerar; já o indicador de clima económico permaneceu positivo e até aumentou dando continuidade à tendência de recuperação iniciada no trimestre anterior.

No terceiro trimestre de 2021, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de 4,2%. No trimestre anterior, o crescimento homólogo do PIB tinha sido de 16,1% devido, em grande medida, ao forte impacto da pandemia na atividade económica no 2º trimestre de 2020.

Esta evolução real do PIB de 4,2% face ao trimestre homólogo foi determinada pelo contributo positivo da procura interna (4,7 pontos percentuais), tendo o contributo da procura externa líquida sido negativo (-0,5 pontos percentuais), já que o crescimento das importações de bens e serviços foi ligeiramente mais pronunciado do que o das exportações.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	4,2	16,1	-5,7	-6,8	-6,3	-8,4	2,7
Procura interna	v. h. (%)	4,6	15,9	-3,6	-3,2	-4,4	-5,6	3,1
Consumo das famílias	v. h. (%)	4,6	19,4	-7,4	-5,8	-4,9	-7,3	3,4
Formação bruta de capital	v. h. (%)	5,8	12,3	3,8	0,4	-9,6	-5,7	3,3
Taxa de investimento	%	18,1	19,1	20,1	18,7	17,9	18,6	18,1
Exportações	v. h. (%)	10,2	39,8	-9,4	-14,4	-15,6	-18,6	4,1
Importações	v. h. (%)	11,0	36,3	-4,3	-6,2	-11,1	-12,1	4,9
VAB	v. h. (%)	3,5	14,8	-4,7	-4,9	-5,3	-7,2	2,6
Taxa de desemprego**	%	6,1	6,7	7,1	7,3	8,0	7,0	6,6
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	1,5	0,8	0,4	-0,2	0,0	0,0	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-12,9	-14,2	-23,0	-26,2	-26,3	-23,9	-8,0
Indicador de clima económico	%	1,7	0,4	-1,3	-0,8	-2,6	-1,3	2,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,179	1,206	1,206	1,193	1,169	1,141	1,120
	v. h. (%)	0,8	9,5	9,4	7,7	5,2	1,9	-5,2

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
** Os dados trimestrais de 2021 respeitam à nova série do Inquérito ao Emprego de 2021 e os dados anteriores, apurados na série de 2011, foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando a comparação direta entre estas duas séries.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h. real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Assim, a procura interna aumentou 4,6% em termos homólogos reais, após um crescimento de 15,9% no trimestre precedente, fortemente influenciado pela comparação incidir no período de 2020 com maiores restrições à atividade económica devido à pandemia. Esta variação homóloga é resultado do aumento do consumo das famílias (de 4,6%), do consumo público (de 3,7%) e do investimento (em 5,8%).

Como já referido, a procura externa líquida registou um contributo negativo para a variação homóloga real do PIB. As exportações apresentaram uma variação homóloga real de 10,2% (após terem aumentado 39,8% no trimestre precedente), influenciada pelo crescimento das exportações de bens (3,4%) e dos serviços (33,0%). Já as importações de bens e serviços aumentaram 11,0% em termos homólogos reais (contra uma variação de 36,3% no período anterior), tendo ambas as componentes registado variações positivas (7,8% nos bens e 30,1% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 3,5% em termos homólogos reais (14,8% no trimestre anterior). Neste período, apenas a “indústria” registou uma variação homóloga real negativa (-2,0%). Os restantes ramos de atividade apresentaram variações positivas destacando-se, com os crescimentos homólogos reais mais elevados, a “agricultura, silvicultura e pesca” (10,0%), os “transportes e armazenagem; atividades de informação e comunicação” (8,2%) e o “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração” (7,2%).

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 6,1%, valor inferior em 0,6 pontos percentuais ao do trimestre anterior e em 1,9 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2020. Estimavam-se 318,7 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um decréscimo trimestral do desemprego de 27,0 mil pessoas e homólogo de 84,8 mil indivíduos.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, aumentou 1,5% na comparação homóloga. Esta é a maior variação desde dezembro de 2017. Apenas três das 12 classes de consumo registaram uma diminuição dos preços a nível nacional: “vestuário e calçado” (-1,5%), “educação” (-1,3%) e “restauração e hotéis” (-1,0%). Nas restantes nove classes destacavam-se, com os crescimentos mais elevados, os “transportes” (5,8%), a “saúde” (2,1%) e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (2,1%).

As expectativas dos consumidores, avaliadas pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, mantiveram-se negativas neste trimestre, mas voltaram a desacelerar face aos trimestres anteriores. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. Já a confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, manteve-se positiva e até aumentou dando continuidade à tendência de recuperação iniciada no trimestre anterior, após quatro trimestres consecutivos negativos.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 0,8% relativamente ao trimestre homólogo, dando continuidade à subida da cotação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2020 e que inverteu a tendência de depreciação do euro face ao dólar que já se verificava desde o terceiro trimestre de 2018. No entanto, face aos trimestres anteriores, verificou-se uma desaceleração significativa nesta apreciação do euro. Note-se que a valorização do euro se traduz num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

5,3%

foi a taxa de
desemprego regional

975€

foi o salário médio
líquido mensal na
região

⁵ Os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2021 respeitam à nova série de 2021 e os dados trimestrais anteriores, apurados na série de 2011 (primeiro trimestre de 2011 ao quarto trimestre de 2020), foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando, assim, a comparação direta entre estas duas séries. Ambas as séries (2021 e 2011) continuam a não ser diretamente comparáveis com a série de 1998 (primeiro trimestre de 1998 ao quarto trimestre de 2010), configurando assim uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020, foram adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego pelo INE, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente, as estimativas trimestrais oficiais de emprego e desemprego.

⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁸ Para as séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

No terceiro trimestre de 2021, o mercado de trabalho regional continuou a evidenciar melhorias. Na Região Centro, as taxas de atividade e emprego aumentaram e a taxa de desemprego diminuiu, mantendo-se como a mais baixa a nível nacional. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem atingiu máximos históricos.

No primeiro trimestre de 2021, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego⁵, que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringe a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

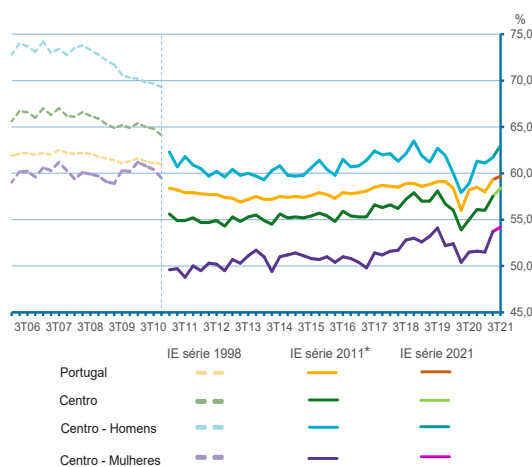
Face à introdução das modificações mencionadas e para que seja possível continuar a realizar análises longitudinais, o INE divulgou séries retrospectivas desde o 1.º trimestre de 2011 compatibilizadas com a nova série.

No terceiro trimestre de 2021, o mercado de trabalho denota ainda alguma influência das consequências da pandemia COVID-19⁶. Assim, a grande maioria dos seus indicadores reflete o impacto do gradual desconfinamento do país, da evolução muito positiva do plano de vacinação e da maior testagem da população, que se verificou ao longo do trimestre e que possibilitou uma maior circulação de pessoas e o funcionamento menos restritivo de determinados setores de atividade económica face ao período homólogo.

A taxa de atividade da população em idade ativa⁷, na Região Centro, foi de 58,4%, representando um aumento de 3,4 e de 0,9 pontos percentuais face, respetivamente, ao período homólogo e anterior. Ainda assim, esta taxa regional foi inferior à média nacional, que se cifrou nos 59,7%. A taxa de atividade dos homens, como habitual, foi mais elevada que a das mulheres (63,0% contra 54,2%).

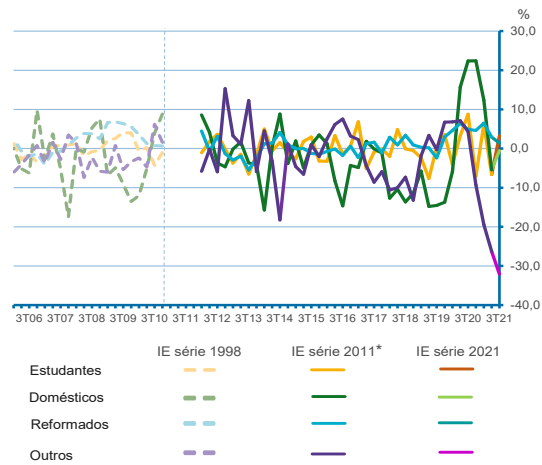
Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.120,8 mil indivíduos, aumentando 1,8% face a igual período do ano anterior e dando continuidade ao comportamento de acréscimo observado no último ano. Já os inativos⁹ totalizavam 828,3 mil indivíduos, representando uma diminuição de 5,1% face ao trimestre homólogo. A evolução homóloga dos inativos deveu-se marginalmente à diminuição dos domésticos (-0,5%), sendo contrariada pela variação positiva dos estudantes (3,3%) e dos reformados (1,4%).

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

População inativa no Centro por condição perante o trabalho
(variação homóloga)¹⁰



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019	
								média trimestral	
Taxa de atividade									
Portugal	%	59,7	59,3	58,0	58,5	58,2	57,8	58,9	
Centro	%	58,4	57,5	56,0	56,1	55,0	55,3	57,2	
	v. h. (p.p.)	3,4	3,6	0,0	-0,6	-3,1	-1,9	0,2	
População ativa – Centro	milhares	1.120,8	1.101,3	1.071,4	1.068,9	1.047,2	1.053,4	1.087,2	
	v. h. (%)	1,8	2,8	0,2	2,1	1,7	-3,1	0,1	
População inativa – Centro	milhares	828,3	843,5	869,6	848,9	872,5	1.156,7	1.119,6	
	v. h. (%)	-5,1	-5,7	1,4	1,4	7,2	3,3	-1,5	
Estudantes	milhares	161,3	150,4	161	142,7	156,2	152,3	151,6	
	v. h. (%)	3,3	-6,6	6,2	-7,1	8,8	0,5	-2,0	
Domésticos	milhares	97,4	92	95,3	103,2	97,9	89,0	78,3	
	v. h. (%)	-0,5	-5,4	12,4	22,4	22,4	13,7	-10,3	
Reformados	milhares	452,9	465,3	464,5	446,3	446,6	404,5	381,9	
	v. h. (%)	1,4	2,9	6,5	4,6	4,9	5,9	1,9	
Outros	milhares	116,6	135,8	148,8	156,7	171,7	222,6	219,7	
	v. h. (%)	-32,1	-26,3	-19,4	-9,3	4,3	1,3	-2,5	

¹⁰ Com a divulgação da nova série de dados do Inquérito ao Emprego (série 2021) e da série de 2011 (compatibilizada), a rubrica “Estudantes” passou a integrar apenas os estudantes com 16 e mais anos, estando os alunos entre os 5 e os 15 anos de idade na rubrica “Outros”. Já a rubrica “Reformados” compreendia, até ao primeiro trimestre de 2011, pensionistas e reformados. A partir de então apenas se enquadram nessa rubrica os reformados do trabalho, estando os pensionistas distribuídos pelas restantes classes de inatividade e, caso não se incluam em nenhuma delas são classificados em “Outros”.

¹¹ A taxa de emprego é dada pelo “quociente entre a população empregada e a população em idade ativa”. Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

A taxa de emprego¹¹ da Região Centro, no terceiro trimestre de 2021, foi de 55,3%, o que traduziu um aumento de 3,7 pontos percentuais face ao trimestre homólogo. Manteve-se o comportamento positivo dos dois primeiros trimestres de 2021, que havia invertido mais de um ano de diminuições homólogas sucessivas. Esta taxa regional foi inferior à média nacional (56,1%), mas superior à observada no período anterior (53,9%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.061,8 mil indivíduos, o que representou um aumento de 8,0% face ao mesmo período do ano anterior, intensificado o comportamento positivo observado nos dois primeiros trimestres do ano. A população empregada também cresceu face ao trimestre anterior. Esta evolução favorável do emprego, para além de estar parcialmente relacionada com abrandamento da pandemia COVID-19 neste período, pode ainda resultar da manutenção das medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, de que é exemplo o *layoff* simplificado, que permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas ainda se encontrem fechadas, total ou parcialmente, de forma temporária.

Das categorias de empregados analisadas, apenas o emprego do setor secundário observou uma contração homóloga (-5,3%). Todas as restantes categorias registaram aumentos homólogos, tendo os mais significativos ocorrido nos empregados dos 16 aos 24 anos (21,5%) e no emprego do setor primário (20,6%), que foram os que registaram maiores contrações homólogas nos trimestres de 2020.

Os trabalhadores por conta de outrem contribuíram para o acréscimo da população empregada no trimestre, uma vez que representando quase 84% desta, aumentaram 6,3% em termos homólogos. Este aumento intensificou o comportamento positivo verificado no trimestre precedente, que havia interrompido a trajetória de quebra observada há mais de um ano (com exceção do último trimestre de 2020). No terceiro trimestre de 2021, o comportamento destes trabalhadores foi explicado mais significativamente pelos acréscimos nos trabalhadores que possuem o ensino superior como habilitação, nos contratados com termo e que desempenham as suas funções a tempo completo.

Também os trabalhadores por conta própria explicaram o crescimento da população empregada observado no trimestre, tendo registado um aumento expressivo de 12,3% face ao período homólogo, intensificado a variação positiva dos períodos anteriores. Esta evolução homóloga resultou da variação positiva ocorrida nos trabalhadores isolados (17,4%) e nos empregadores (4,5%).

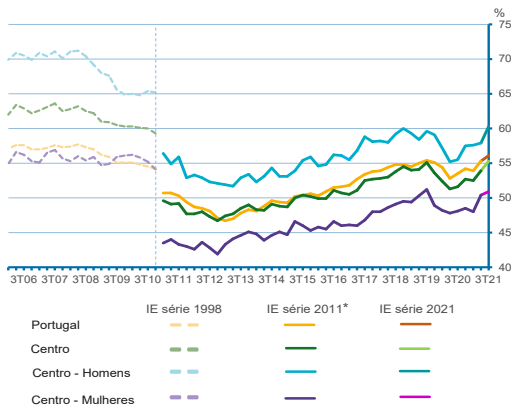
Importa também referir, pela sua relevância no atual contexto marcado pela pandemia COVID-19, que, no trimestre, a proporção da população empregada na região que trabalhou sempre ou quase sempre a partir de casa¹² com recurso a tecnologias de informação e comunicação, isto é, em teletrabalho, foi de 8,1%, abrangendo 86,0 mil pessoas. Entre os que trabalharam maioritariamente em casa, 66,2% foi devido à pandemia COVID-19.

¹² Este indicador é calculado pelo INE a partir de informação recolhida no módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego.

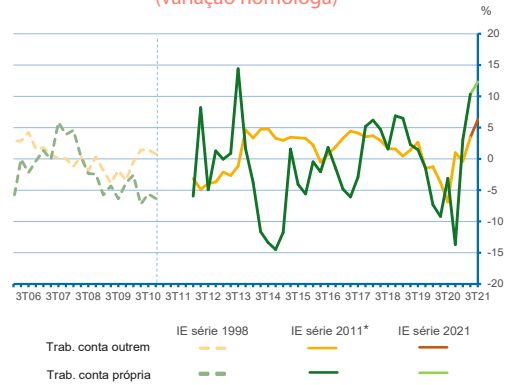
Quadro 3 – Emprego		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019	
		média trimestral							
Taxa de emprego									
Portugal	%	56,1	55,3	53,9	54,2	53,5	53,8	55,0	
Centro	%	55,3	53,9	52,5	52,7	51,6	52,0	54,2	
	v. h. (p.p.)	3,7	2,6	0,1	-0,9	-3,5	-2,2	0,7	
População empregada – Centro		milhares	1.061,8	1.033,5	1.005,1	1.003,7	982,8	991,5	1.030,9
	v. h. (%)	8,0	5,6	0,5	-1,5	-6,2	-3,8	1,0	
Homens	v. h. (%)	10,1	5,7	1,4	-2,4	-6,7	-4,3	-0,3	
Mulheres	v. h. (%)	5,9	5,4	-0,5	-0,5	-5,7	-3,3	2,3	
16 - 24 anos	v. h. (%)	21,5	40,7	-7,7	-31,0	-32,5	-28,4	5,2	
25 - 44 anos	v. h. (%)	3,6	-1,1	-3,9	-0,2	-4,7	-2,7	-0,2	
45 - 89 anos	v. h. (%)	10,9	8,9	5,3	1,0	-4,3	-1,8	1,6	
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	v. h. (%)	20,6	-4,8	3,4	-13,4	-32,1	-16,3	-10,2	
Indústria, construção, energia e água	v. h. (%)	-5,3	3,4	-1,2	3,2	3,5	3,3	-3,3	
Serviços	v. h. (%)	13,8	7,2	1,1	-3,0	-8,6	-6,2	3,7	
Trabalhadores por conta de outrem – Centro		milhares	882,1	867,2	843,4	867,3	830,2	845,6	869,6
	v. h. (%)	6,3	3,4	-0,4	1,0	-6,9	-2,8	0,8	
Contratos sem termo	v. h. (%)	5,4	3,1	-1,5	2,0	-2,9	-0,3	2,3	
Contratos com termo	v. h. (%)	9,8	3,7	3,4	-10,4	-20,9	-12,7	-3,9	
Tempo completo	v. h. (%)	7,9	4,6	-0,4	0,1	-6,8	-3,0	0,9	
Tempo parcial	v. h. (%)	-19,2	-12,5	-0,3	13,8	-7,2	1,2	-1,4	
Nenhum grau de escolaridade	v. h. (%)	x	x	x	x	x	-5,9	-4,2	
Básico	v. h. (%)	-4,8	-8,4	-5,2	-7,7	-10,7	-5,7	-4,9	
Secundário e pós-secundário	v. h. (%)	8,4	2,7	-4,4	1,9	-10,1	-0,9	10,1	
Superior	v. h. (%)	21,4	23,8	12,6	13,6	1,2	-0,4	0,5	
Trabalhadores por conta própria – Centro		milhares	164,5	152,4	155	134,8	146,5	142,4	155,5
	v. h. (%)	12,3	10,4	3,1	-13,7	-3,1	-8,4	2,2	
Isolados	v. h. (%)	17,4	7,0	3,7	-16,6	-10,2	-11,6	5,5	
Empregadores	v. h. (%)	4,5	16,2	1,9	-8,2	10,0	-2,4	-3,4	

x: Não disponível

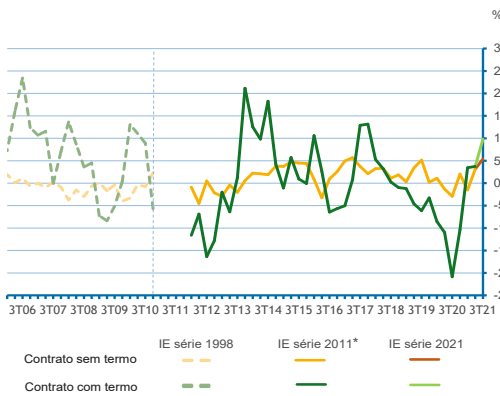
Taxa de emprego em Portugal e no Centro



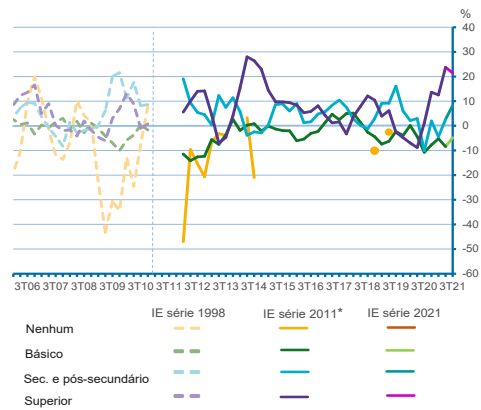
População empregada no Centro por situação na profissão (variação homóloga)¹³



População empregada por conta de outrem no Centro por contrato de trabalho (variação homóloga)



População empregada por conta de outrem no Centro por nível de escolaridade mais elevado completo (variação homóloga)¹⁴



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

¹³ Segundo o INE, a população empregada por situação na profissão principal decompõe-se em "Trabalhadores por conta de outrem", "Trabalhadores por conta própria", "Trabalhadores familiares não remunerados" e "Outra situação".

¹⁴ Em alguns trimestres, no nível de escolaridade "Nenhum", não foi possível calcular as variações homólogas dado os valores absolutos não se encontrarem disponíveis por apresentarem desvio do padrão de qualidade/coeficientes de variação elevados.

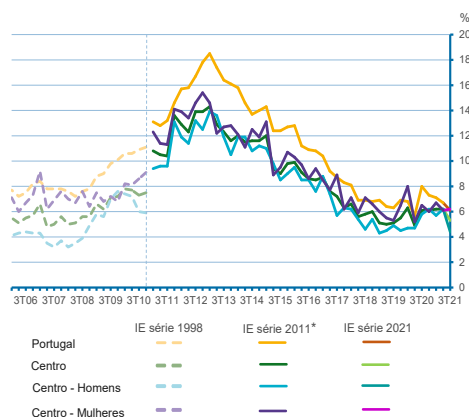
¹⁵ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹⁵ da Região Centro fixou-se nos 5,3%, no terceiro trimestre de 2021, traduzindo uma diminuição homóloga de 0,8 pontos percentuais. Esta taxa, permaneceu inferior à média nacional, que foi de 6,1% e manteve-se como a menor entre as sete regiões portuguesas. A taxa de desemprego regional das mulheres diminuiu ligeiramente em 0,3 pontos percentuais face ao trimestre homólogo, mas manteve-se muito acima da dos homens (que registou neste trimestre uma quebra significativa de 1,4 pontos percentuais em termos homólogos).

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 59,0 mil indivíduos, o que representou um decréscimo homólogo de 8,2%. De salientar, que este decréscimo da população desempregada decorreu, em grande medida, da transição de indivíduos para a população empregada.

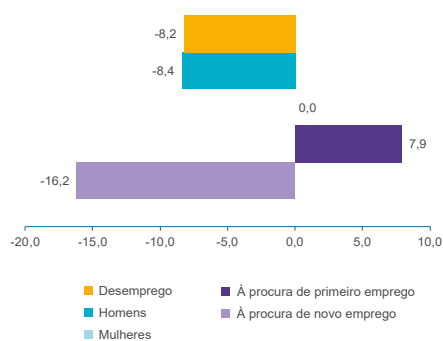
Das categorias de desempregados analisadas, registaram-se significativas quebras homólogas nos desempregados há menos de 12 meses, que diminuíram 29,8%, nos homens desempregados, que decresceram 17,9% e nos desempregados à procura de novo emprego, que se reduziram em 17,1%. Já as mulheres desempregadas observaram uma variação nula e nas restantes categorias verificaram-se crescimentos homólogos.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro por sexo



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Contributos para a taxa de variação homóloga do desemprego no Centro no terceiro trimestre de 2021 (%)



Quadro 4 – Desemprego		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	6,1	6,7	7,1	7,3	8,0	7,0	6,6
Centro	%	5,3	6,2	6,2	6,1	6,1	5,9	5,2
	v. h. (p.p.)	-0,8	1,3	-0,1	0,6	1,0	0,7	-0,8
Homens	%	4,4	6,2	5,7	6,2	5,8	5,3	4,5
Mulheres	%	6,2	6,1	6,7	6,0	6,5	6,4	5,8
16 - 24 anos	%	22,5	x	x	27,9	24,6	25,2	14,7
25 - 44 anos	%	x	x	x	5,0	5,1	5,1	5,0
45 - 89 anos	%	x	4,7	4,1	4,7	5,1	4,3	3,9
População desempregada – Centro	milhares	59,0	67,8	66,4	65,2	64,3	61,9	56,3
	v. h. (%)	-8,2	34,0	-1,6	10,5	14,2	9,9	-13,8
Homens	v. h. (%)	-17,9	43,8	24,2	35,3	11,4	12,7	-16,1
Mulheres	v. h. (%)	0,0	25,0	-17,0	-7,6	16,8	7,7	-11,9
16 - 24 anos	v. h. (%)	7,9	x	x	46,9	0,0	39,4	-22,7
25 - 44 anos	v. h. (%)	x	x	x	-1,2	7,6	-0,4	-21,6
45 - 89 anos	v. h. (%)	x	70,9	0,5	6,0	31,7	7,3	4,0
À procura do primeiro emprego	v. h. (%)	150,0	-23,2	-35,5	0,0	-51,4	x	x
À procura de novo emprego	v. h. (%)	-17,1	41,1	2,7	12,6	23,5	11,4	-11,9
Há menos de 12 meses	v. h. (%)	-29,8	-2,2	4,6	10,3	33,8	17,4	-3,0
Há 12 meses ou mais	v. h. (%)	45,1	125,2	-13,5	10,8	-16,4	-2,9	-27,7

x: Não disponível

No trimestre em análise, na região e no país, o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem foi novamente o mais elevado dos últimos 13 anos. Assim, na Região Centro, o salário médio fixou-se nos 975 euros, resultado de um crescimento homólogo real de 7,1% (que dá continuidade à tendência de aumentos iniciada em 2017, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2019). No entanto, este valor regional manteve-se abaixo da média nacional, que conheceu um acréscimo homólogo real de 5,4%, cifrando-se, neste trimestre, nos 1.022 euros.

Quadro 5 – Salários		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	1.022	1.010	984	968	955	951	909
	v. h. real (%)	5,4	5,3	5,5	6,3	5,1	4,6	2,0
Centro	€	975	934	921	918	897	889	850
	v. h. real (%)	7,1	5,1	6,9	8,3	5,9	4,6	1,1

DESEMPREGO REGISTRADO

-13,3%

foi o decréscimo homólogo dos desempregados registados nos centros de emprego da Região Centro

96

colocações realizadas, em média, por dia, pelos centros de emprego regionais

No terceiro trimestre de 2021, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro atingiram o valor mais baixo desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal, dando continuidade ao comportamento de quebra registado no trimestre precedente. Também os novos desempregados mantiveram a tendência de contração observada há três trimestres consecutivos. As colocações realizadas pelo IEFP diminuíram ligeiramente face ao período homólogo.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 59,9 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, representando o número mais baixo desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal. Este número de desempregados reflete uma diminuição homóloga de 13,3%, mantendo o comportamento registado no trimestre anterior, que influiu os expressivos aumentos homólogos observados desde o segundo trimestre de 2020 (quando se começou a assistir às consequências das medidas restritivas para combate ao surto pandémico da doença COVID-19, em Portugal, na atividade económica).

Também os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região diminuíram em 9,4%. Esta redução homóloga dos novos desempregados deu continuidade ao comportamento decrescente dos dois trimestres anteriores (que haviam também influido um ano de acréscimos homólogos sucessivos). Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 292 novos desempregados, aproximadamente menos 30 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, uma ligeira diminuição homóloga (-0,6%), invertendo o comportamento de crescimento verificado nos dois primeiros trimestres de 2021. Em termos médios, ocorreram cerca de 96 colocações por dia (valor muito semelhante ao de igual período do ano anterior).

Assim, no terceiro trimestre de 2021, o comportamento mais favorável dos indicadores representativos do desemprego registado poderá estar relacionado, por um lado, com a diminuição das restrições à circulação das pessoas e ao funcionamento das atividades económicas, aliada à “utilização intensiva” do certificado digital ou dos testes negativos. Por outro lado, também poderá ter contribuído o prolongamento das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff* simplificado).

Quadro 6 – Desemprego Registado		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	59,90	64,37	69,48	66,02	69,12	65,37	55,48
	v. h. (%)	-13,3	-6,8	21,3	22,2	27,8	17,8	-9,8
Novos desempregados**	milhares	26,29	21,15	25,38	29,01	29,03	28,92	26,33
	v. h. (%)	-9,4	-25,6	-13,1	4,2	4,5	9,8	-1,7
Colocações do IEFP**	milhares	8,62	8,65	7,51	6,44	8,67	7,03	7,78
	v. h. (%)	-0,6	53,9	1,6	-4,1	3,2	-9,6	-0,8

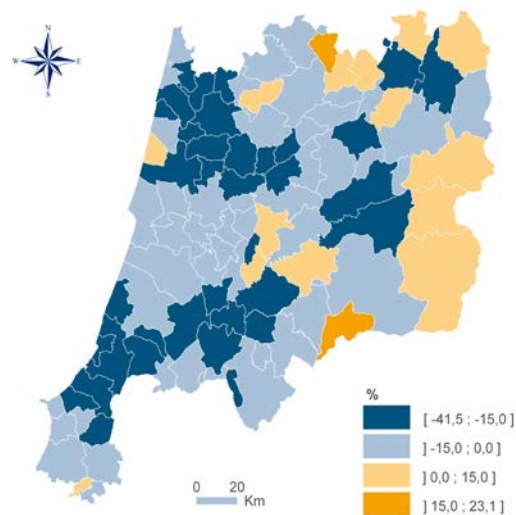
* valores médios trimestrais
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹⁶ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})] / [(\text{desemprego registado})_{RC} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{RC}] * 100$, sendo determinado município e $_{RC}$ a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2020.

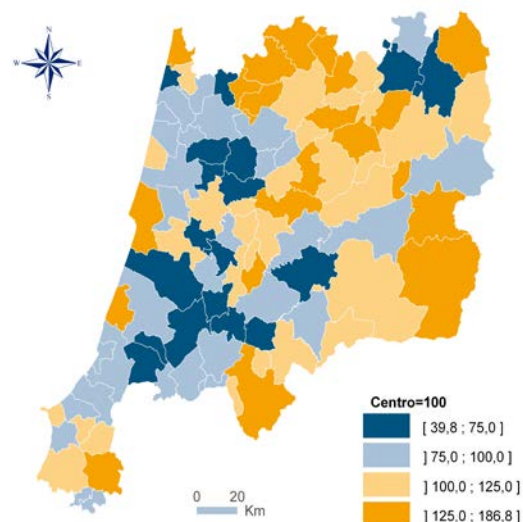
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que em 83 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas, Mortágua (-41,5%), Sever do Vouga (-33,1%), Covilhã (-32,5%) e Anadia (-31,2%). Apenas um município manteve o mesmo valor de desemprego face ao período homólogo e nos restantes 16 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 10%, os municípios de Vila Velha de Ródão (23,1%), Vila Nova de Paiva (17,4%), Pedrógão Grande (12,9%) e Oleiros (12,1%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, pelo terceiro trimestre consecutivo, metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹⁶ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Mortágua (39,8) e Ferreira do Zêzere (46,6). Na outra metade encontravam-se os municípios com índices superiores à média regional, dos quais se destacavam, com os valores mais elevados, os municípios de Idanha-a-Nova (186,8), Figueira da Foz (147,9) e Abrantes (145,7).

Variação homóloga do desemprego registado por município no terceiro trimestre de 2021



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no terceiro trimestre de 2021¹⁶



EMPRESAS

-22,9%
foi a diminuição
homóloga das
insolvências de
empresas na região

2,6%
foi o valor mais
baixo dos últimos
12 anos do peso
dos empréstimos
vencidos no total dos
concedidos

No terceiro trimestre de 2021, assistiu-se na Região Centro e no país a uma diminuição das constituições e das ações de insolvência de empresas, sendo o decréscimo das insolvências mais expressivo do que o das novas constituições. Em termos regionais, os empréstimos concedidos às empresas continuaram a crescer em termos homólogos reais. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda, igualando novamente o do país e observando o valor mais baixo dos últimos 12 anos.

Na região, constituíram-se 1.564 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num decréscimo de 11,2% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional parece retomar a tendência de contrações homólogas consecutivas verificadas durante quase todo o ano de 2020 e início de 2021, e acompanhou o total do país, em que o número de novas constituições também diminuiu, embora de forma ligeira (-0,8%). Esta descida das constituições de novas empresas poderá estar relacionada, em grande medida, com os efeitos da pandemia COVID-19, pois apesar da reabertura da quase totalidade dos setores da atividade económica permanece ainda um clima de incerteza. Em termos médios, foram criadas cerca de 17 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 109 constituídas diariamente no país.

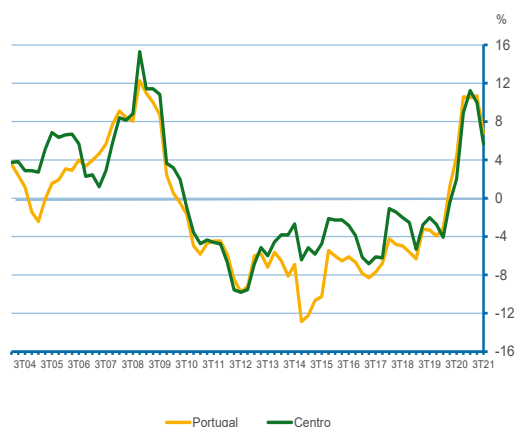
Neste trimestre, as ações de insolvência¹⁷ de empresas na Região Centro diminuíram muito significativamente, em 22,9%, acompanhando o comportamento do país em que as ações de insolvência observaram um decréscimo de 20,0%. O decréscimo das insolvências na região inverteu o comportamento de aumento a que se assistiu nos dois primeiros trimestres de 2021, que haviam invertido a trajetória de decréscimo observada nos últimos dois anos (com exceção do terceiro trimestre de 2020). Esta diminuição tão expressiva das ações de insolvência poderá estar relacionada com as medidas de apoio ao setor empresarial para minimização dos efeitos das restrições impostas para contenção da propagação da pandemia por COVID-19. Como exemplo, destas medidas, pode-se referir os vários instrumentos de crédito para apoio à situação de tesouraria das empresas e os procedimentos de *layoff* simplificado, com o intuito de preservar a sua capacidade produtiva e os seus postos de trabalho. Em Portugal ocorreram cerca de 11 ações de insolvência, em média, por dia, das quais duas foram de empresas com sede na Região Centro.

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no terceiro trimestre de 2021, um crescimento homólogo real de 5,6%, mantendo o comportamento positivo observado há mais de um ano e que havia infletido uma década de quebras homólogas consecutivas. Este acréscimo regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos aumentaram 6,8%. Esta evolução na região e no país pode refletir os efeitos das linhas de crédito, garantidas pelo Estado e disponibilizadas através do sistema bancário, para apoiar a atividade das micro, pequenas e médias empresas que atuam em setores particularmente afetados pelas medidas excecionais aprovadas no contexto da pandemia da doença COVID-19 (de que são exemplo o turismo e a restauração).

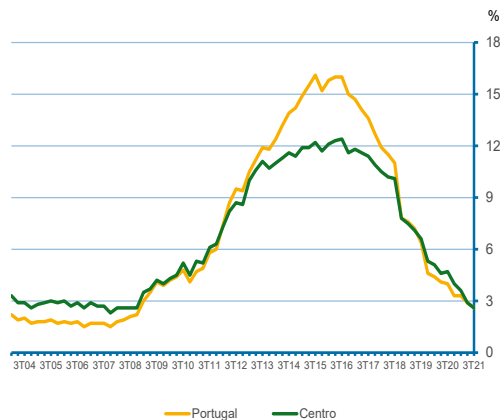
¹⁷ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (tendo diminuído 2,1 e 1,4 pontos percentuais, respetivamente, na região e no país). Deste modo, no terceiro trimestre de 2021, este indicador fixou-se nos 2,6% na região e no país, observando o valor mais baixo dos últimos 12 anos.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos
das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9.819	10.692	9.930	9.412	9.899	9.359	12.230
	v. h. (%)	-0,8	76,8	-17,8	-15,3	-6,0	-23,5	7,9
Centro	número	1.564	1.661	1.622	1.463	1.761	1.520	1.819
	v. h. (%)	-11,2	64,8	-12,1	-6,5	18,8	-16,5	10,4
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*								
Portugal	milhões €	76.284	75.992	74.809	73.976	72.142	71.109	68.916
	v. h. real (%)	6,8	6,4	10,5	10,6	4,4	3,2	-4,2
Centro	milhões €	13.984	14.025	13.986	13.695	13.370	13.180	12.983
	v. h. real (%)	5,6	6,0	11,2	8,9	2,0	1,5	-3,2
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)†								
Portugal	%	2,6	2,9	3,3	3,3	4,0	4,0	6,5
Centro	%	2,6	2,9	3,6	4,0	4,7	4,6	6,6
Ações de insolvência								
Portugal	número	982	1.405	1.579	1.433	1.227	1.352	1.378
	v. h. (%)	-20,0	-2,8	21,1	-11,4	33,1	-1,9	-16,6
Centro	número	158	257	284	242	205	230	257
	v. h. (%)	-22,9	13,2	15,9	-22,4	18,5	-10,5	-15,6

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

6,6%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região

No terceiro trimestre de 2021, na Região Centro, continuou a assistir-se a aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens, o que já sucede há pelo menos um ano. O mercado extracomunitário foi o mais expressivo na variação regional das saídas e das entradas.

15,1%

foi o acréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁸ de 6,6%, mantendo o crescimento positivo observado há mais de um ano e acompanhando o total nacional, que aumentou 1,7%. Tanto o mercado intracomunitário como o extracomunitário contribuíram para esta evolução regional, tendo o aumento homólogo mais expressivo ocorrido nas saídas para os países fora da União Europeia (12,3%). As variações regionais do comércio internacional registadas neste trimestre parecem continuar a refletir o aligeirar de muitas medidas restritivas para contenção da COVID-19 nos vários Estados Membros da União Europeia resultado, em grande medida, do crescimento massivo do índice de vacinação das populações. Estas medidas mostraram-se favoráveis para o funcionamento do transporte de mercadorias, que, mesmo em períodos mais afetados pela pandemia COVID-19, não sofreu duras consequências devido, em grande medida, à utilização dos

¹⁸ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	15.497,1	15.773,0	15.396,9	14.898,8	13.786,0	13.439,3	14.975,7
	v. h. real (%)	1,7	40,9	4,8	-0,8	0,7	-7,9	3,9
Intracomunitárias	milhões €	10.862,0	11.267,3	11.076,1	10.551,2	9.923,5	9.665,9	11.499,1
	v. h. real (%)	-1,0	41,1	2,7	-7,9	-4,6	-13,7	4,7
Extracomunitárias	milhões €	4.635,1	4.505,7	4.320,7	4.347,6	3.862,5	3.773,5	3.476,6
	v. h. real (%)	8,6	40,4	10,7	21,9	17,6	11,4	1,1
Centro	milhões €	3.135,5	3.186,0	3.000,5	2.888,6	2.662,0	2.584,4	2.833,2
	v. h. real (%)	6,6	45,0	9,3	4,0	3,0	-6,4	0,8
Intracomunitárias	milhões €	2.363,9	2.434,3	2.332,7	2.190,7	2.040,5	1.981,3	2.270,2
	v. h. real (%)	4,8	46,2	8,5	-0,9	-0,7	-10,4	1,0
Extracomunitárias	milhões €	771,6	751,7	667,8	697,9	621,5	603,1	563,0
	v. h. real (%)	12,3	41,1	11,8	23,0	17,2	9,9	-0,3
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	20.492,3	20.193,0	18.162,6	18.296,8	17.051,7	17.036,4	19.994,3
	v. h. real (%)	6,8	39,6	-4,2	-5,6	-7,5	-11,1	6,7
Intracomunitárias	milhões €	14.676,8	15.093,4	13.644,6	14.167,3	12.820,4	12.769,2	15.273,2
	v. h. real (%)	1,8	40,0	-1,0	-5,8	-8,2	-12,8	7,3
Extracomunitárias	milhões €	5.815,6	5.099,7	4.518,0	4.129,5	4.231,2	4.267,2	4.721,1
	v. h. real (%)	22,2	38,4	-12,7	-5,0	-5,4	-5,7	4,7
Centro	milhões €	2.773,2	2.906,8	2.553,1	2.424,1	2.141,5	2.202,7	2.469,2
	v. h. real (%)	15,1	44,8	9,6	6,5	-5,4	-7,0	-0,5
Intracomunitárias	milhões €	2.054,0	2.221,9	2.002,2	1.955,1	1.684,1	1.724,5	1.972,4
	v. h. real (%)	8,4	46,9	10,3	4,9	-5,4	-8,8	-2,1
Extracomunitárias	milhões €	719,2	684,9	550,9	469,0	457,4	478,1	496,7
	v. h. real (%)	39,8	38,4	7,0	13,7	-5,4	0,4	6,3

* Os valores de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

¹⁹ Podem entender-se como vias reservadas, que constituem pontos de passagem das fronteiras internas da rede transeuropeia de transportes, sempre que ocorram controlos nas fronteiras internas dos Estados-Membros ou que os mesmos tenham sido introduzidos. Este mecanismo destina-se a preservar o funcionamento das cadeias de abastecimento em toda a União Europeia e a assegurar que todas as mercadorias, incluindo, mas não exclusivamente, as mercadorias essenciais possam chegar rapidamente ao seu destino.

²⁰ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% e 92% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

²¹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 70% e 76% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

²² Atendendo à concretização da *Brexit* ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

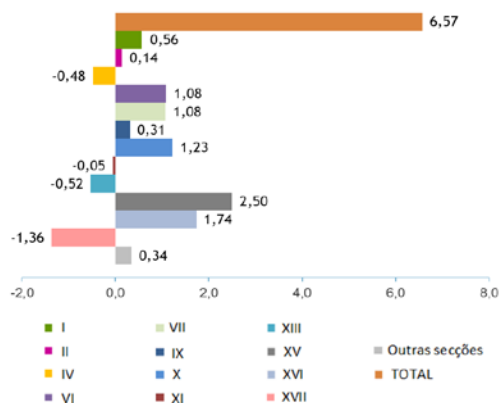
chamados “corredores” verdes¹⁹ criados pela União Europeia, em meados de março de 2020, para assegurar a continuidade desse transporte.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais²⁰ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, oito destas secções analisadas explicaram a evolução positiva regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 5,47 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras” ; XVI “Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” e X “pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras”). Apenas quatro secções contrariaram este crescimento regional, salientando-se, com a quebra homóloga real mais significativa, a secção XVII “material de transporte” (-1,36%). A evolução regional dos grupos de produtos, neste trimestre, continua a denotar uma maior saída de outros tipos de bens para além dos alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual), contribuindo de forma sustentada para uma maior fluidez do transporte de mercadorias.

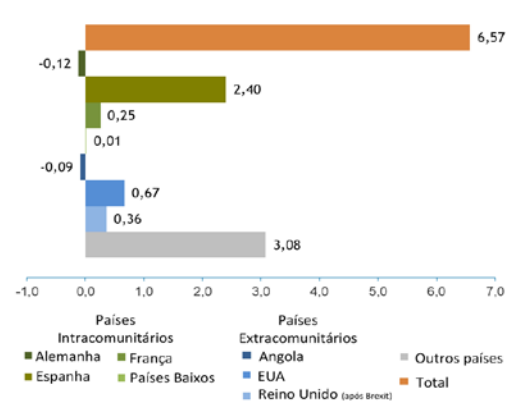
Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais²¹ da Região Centro, constatou-se que foi a Espanha, no mercado intracomunitário, e os EUA, no mercado extracomunitário, que mais justificaram a variação homóloga regional de 6,57%. Ambos os países, em conjunto, contribuíram positivamente em 3,07 pontos percentuais para a variação total. A contrariar esta evolução regional positiva encontramos a Alemanha, no mercado intracomunitário, e Angola, no mercado extracomunitário.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2021 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada²⁰



Contributos dos países^{21 22}



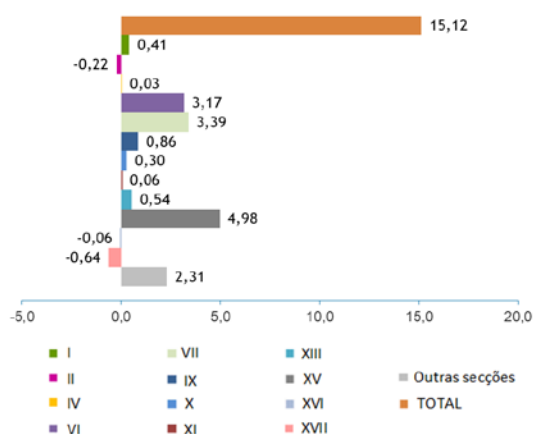
As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 15,1%, dando continuidade ao crescimento observado no último ano e acompanhando o total nacional que aumentou 6,8%. Também nas importações de bens, tanto o mercado intracomunitário como extracomunitário contribuíram positivamente para esta variação regional. Esta evolução regional das importações, tal como das exportações, parece ter sido influenciada positivamente pelo gradual desconfinamento dos países, nomeadamente das medidas adotadas no interior da União Europeia, pelo forte impacto neste fluxo de bens que decorre da importância expressiva (mais de 74%) que as entradas de bens, provindas desse conjunto de países, assume no total de entradas de bens na região.

Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 11,54 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras”; VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras” e VI “Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas”). Apenas três das secções analisadas contrariaram a evolução positiva registada na região: XVII “material de transporte” (-0,64%), II “produtos do reino vegetal” (-0,22%) e XVI “Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” (-0,06%).

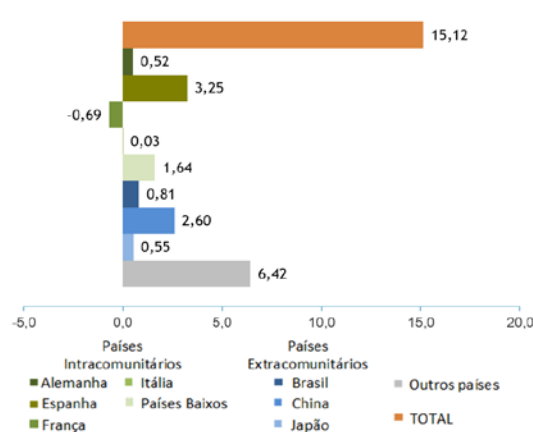
No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que quase todos os países analisados em ambos os mercados contribuíram positivamente para a variação homóloga regional de 15,12%. Dos países com maior relevo, evidenciou-se a Espanha e os Países Baixos, no mercado intracomunitário, e a China, no mercado extracomunitário, que justificaram em conjunto em 7,49 pontos percentuais a variação regional das entradas de bens. Apenas a França apresentou um contributo negativo de 0,69%.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no terceiro trimestre de 2021 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada²⁰



Contributos dos países²¹



TURISMO**2 milhões**

foram as dormidas
em estabelecimentos
de alojamento
turístico da região

O setor do turismo manteve-se em crescimento na região e no país no terceiro trimestre de 2021, evidenciando expressivos aumentos homólogos nos hóspedes, nas dormidas e nos proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico. Também a estada média aumentou ligeiramente na região e em Portugal face a igual período do ano anterior.

110 milhões

foram os
proveitos desses
estabelecimentos

No terceiro trimestre de 2021, o setor do turismo manteve o comportamento de crescimento do trimestre precedente, o que resultou, em grande medida, da diminuição das restrições impostas para contenção da COVID-19 decorrentes do gradual desconfinamento do país, da evolução muito positiva do plano de vacinação e da maior testagem da população. Este conjunto de medidas contribuiu para a evolução positiva da atividade turística no trimestre, uma vez que possibilitou uma maior circulação de pessoas do que no período homólogo (coincidente com o primeiro desconfinamento após o início da pandemia em Portugal em março de 2020).

Assim, neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²³ da Região Centro acolheram 1.044 mil hóspedes, traduzindo um crescimento de 23,1%. Esta evolução regional deu continuidade ao comportamento crescente do trimestre precedente, que, pela primeira vez desde o início da pandemia em Portugal, havia infletido mais de um ano de quebras homólogas sucessivas. Também a média nacional cresceu expressivamente em 46,8%. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, o aumento homólogo nos hóspedes foi de 21,9% na região e de 48,7% no país.

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram um aumento expressivo face ao mesmo período do ano anterior (26,4%), mantendo o comportamento do segundo trimestre de 2021 que havia invertido a trajetória negativa do último ano resultante claramente dos efeitos da pandemia COVID-19. A nível nacional, o crescimento foi ainda mais significativo (57,1%). Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram acréscimos homólogos reais consideráveis na região e no país, de 33,3% e 67,6%, respetivamente. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu o crescimento homólogo real de 28,0% dos proveitos de aposento e que representavam, neste trimestre, cerca de 74% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

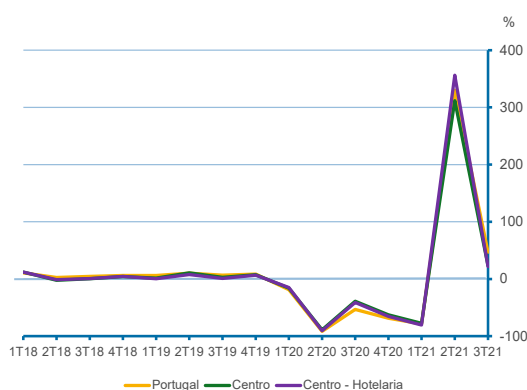
Já a estada média aumentou na Região Centro e em Portugal, respetivamente, para as 2,0 e 2,8 noites.

²³ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

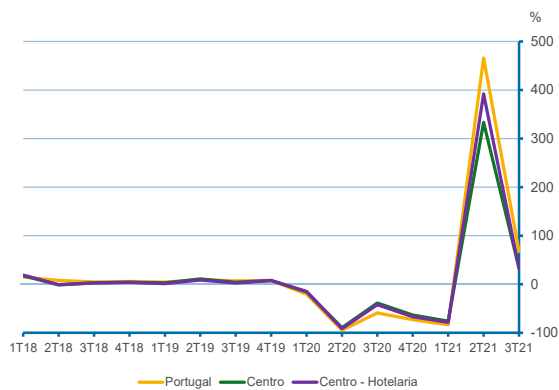
Quadro 9 – Turismo		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	6.249	2.795	786	1.838	4.256	2.608	6.786
	v. h. (%)	46,8	329,9	-78,7	-68,5	-53,1	-61,6	7,9
Centro	milhares	1.044	528	128	342	848	471	1.030
	v. h. (%)	23,1	311,6	-77,4	-62,7	-39,0	-54,3	5,7
Hotelaria	milhares	758	391	88	254	622	354	804
	v. h. (%)	21,9	356,1	-80,6	-65,4	-41,1	-56,0	4,0
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	17.673	6.379	1.792	4.174	11.248	6.450	17.540
	v. h. (%)	57,1	347,4	-80,0	-70,1	-55,9	-63,2	4,6
Centro	milhares	2.048	879	258	595	1.621	841	1.784
	v. h. (%)	26,4	272,6	-71,6	-60,6	-38,4	-52,9	5,3
Hotelaria	milhares	1.483	635	175	428	1.183	620	1.377
	v. h. (%)	25,3	319,7	-75,7	-64,0	-40,2	-55,0	3,2
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	1.169.332	382.958	77.603	223.362	687.586	361.421	1.073.953
	v. h. real (%)	67,6	466,0	-83,5	-72,9	-58,9	-66,3	7,4
Centro	milhares €	110.138	42.917	10.757	28.151	81.385	41.050	88.854
	v. h. real (%)	33,3	333,4	-76,1	-63,4	-38,6	-53,8	6,4
Hotelaria	milhares	81.464	32.297	7.988	21.032	60.334	31.220	71.626
	v. h. real (%)	33,0	392,3	-78,5	-66,9	-42,0	-56,4	4,9
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,8	2,3	2,3	2,3	2,6	2,5	2,6
Centro	n.º noites	2,0	1,7	2,0	1,7	1,9	1,8	1,7

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2021 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

4,1%

foi o aumento
homólogo dos novos
fogos concluídos para
habitação familiar na
região

-19,1%

foi a diminuição
homóloga real
regional dos
empréstimos à
habitação vencidos,
em queda há quatro
anos

No terceiro trimestre de 2021, as obras concluídas apresentaram uma evolução positiva na região e no país, a avaliar pelos crescimentos homólogos em todos os indicadores. No entanto, os edifícios licenciados começaram a mostrar sinais de alguma contração, tendo-se observado, contrariamente aos trimestres anteriores, quebras homólogas em todos os indicadores de licenciamento. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram a registar quebras significativas e cujo peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a observar o valor mais elevado da última década.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.538 edifícios, o que correspondeu a uma diminuição homóloga de 8,4%, muito acima da média nacional (-0,8%). Os restantes indicadores do licenciamento também registaram quebras, o que já não ocorria há um ano, dando sinais de alguma contração do setor. Assim, face a igual período do ano anterior, o licenciamento de novos fogos para habitação familiar diminuiu 6,3% e o licenciamento de construções novas na região contraiu-se em 3,9%. Estas variações negativas dos edifícios licenciados poderão estar relacionadas com os efeitos da pandemia COVID-19, pois apesar do setor da construção não ter suspenso a sua atividade desde o início da pandemia (em março de 2020) e de, no trimestre, a quase totalidade dos setores da atividade económica já se encontrarem em funcionamento, permanece ainda um clima de incerteza.

Os edifícios concluídos aumentaram 2,2%, na região, face a igual período do ano anterior, mantendo a trajetória positiva registada há três anos (apenas interrompida nos dois primeiros trimestres de 2020). Este crescimento deveu-se ao acréscimo homólogo das conclusões de construções novas (1,2%). Também os fogos concluídos em construções novas para habitação familiar aumentaram 4,1%, em termos homólogos, invertendo o comportamento do trimestre anterior. Em termos nacionais, manteve-se a evolução positiva verificada nos últimos três anos, com os edifícios concluídos a registar um crescimento homólogo de 5,5%.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no terceiro trimestre de 2021, apresentaram uma variação quase nula na região, enquanto no país cresceram ligeiramente (0,4%), em termos homólogos reais. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-19,1%), acompanhando a evolução nacional (-20,6%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se, em 0,6% na região e 0,5% no país. O valor regional foi o mais baixo observado nos últimos 12 anos.

Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 3,7%, em termos homólogos reais, mantendo a trajetória positiva dos últimos cinco anos e situando-se abaixo do crescimento registado para a média do país (8,0%). Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 876 euros (mais 44 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Este valor regional da avaliação bancária manteve-se como o mais elevado da última década.

Em quase todas as sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Região de Aveiro (8,0%), Região de Coimbra (6,9), Oeste (6,8%) e Viseu Dão-Lafões (6,3%). Apenas o Médio Tejo observou uma diminuição homóloga da avaliação bancária em 2,4%.

Quadro 10 – Construção e Habitação		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	6.040	6.633	6.669	5.852	6.091	5.797	6.029
	v. h. (%)	-0,8	29,0	9,3	-1,3	4,0	-3,9	5,5
Centro	número	1.538	1.798	1.770	1.584	1.679	1.566	1.632
	v. h. (%)	-8,4	33,6	7,0	-0,8	2,3	-4,1	1,5
Construções novas	número	1.178	1.344	1.283	1.133	1.226	1.140	1.146
	v. h. (%)	-3,9	37,0	5,3	2,3	2,9	-0,5	5,8
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	-6,3	14,1	10,4	5,2	7,5	6,0	-0,7
Edifícios concluídos* **								
Portugal	número	3.852	3.701	3.715	3.828	3.650	3.645	3.511
	v. h. (%)	5,5	3,3	5,6	1,8	2,2	3,8	16,3
Centro	número	1.024	959	934	1.041	1.002	964	1.002
	v. h. (%)	2,2	4,2	4,7	0,5	0,5	-3,8	13
Construções novas	número	815	737	754	813	805	748	744
	v. h. (%)	1,2	4,5	12,9	3,2	11,2	0,6	11,8
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	4,1	-1,0	46,1	30,3	27,9	13,2	9,1
Empréstimos concedidos para habitação***								
Portugal	v. h. real (%)	0,4	0,5	2,5	2,6	1,4	1,2	-0,4
Centro	v. h. real (%)	0,0	0,2	2,0	1,8	1,0	1,0	-0,3
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-20,6	-22,9	-19,8	-18,1	-35,8	-38,5	-39,5
Centro	v. h. real (%)	-19,1	-21,4	-28,6	-38,3	-41,5	-40,1	-31,3
Avaliação bancária da habitação****								
Portugal	€/m ²	1.236,0	1.215,0	1.187,0	1.156,0	1.128,0	1.128,3	1.048,3
	v. h. real (%)	8,0	7,8	6,5	6,1	5,8	7,6	10,3
Centro	€/m ²	876,0	870,0	861,0	836,0	832,0	835,5	790,8
	v. h. real (%)	3,7	0,6	5,1	2,6	4,8	5,7	6,9

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

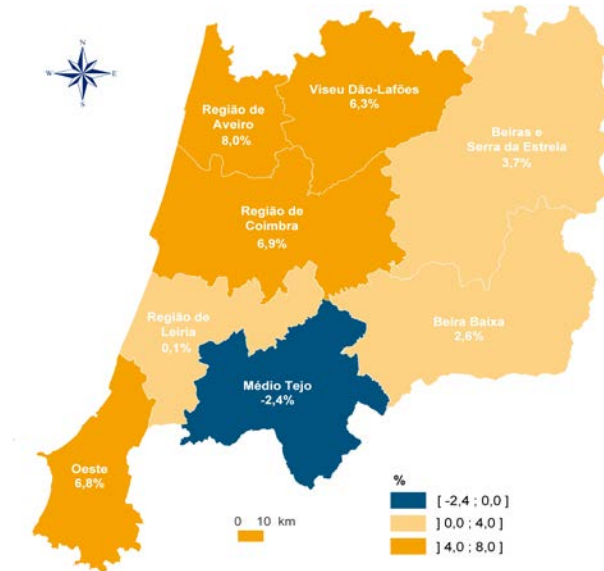
** A informação para os anos de 2019, 2020 e 2021 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

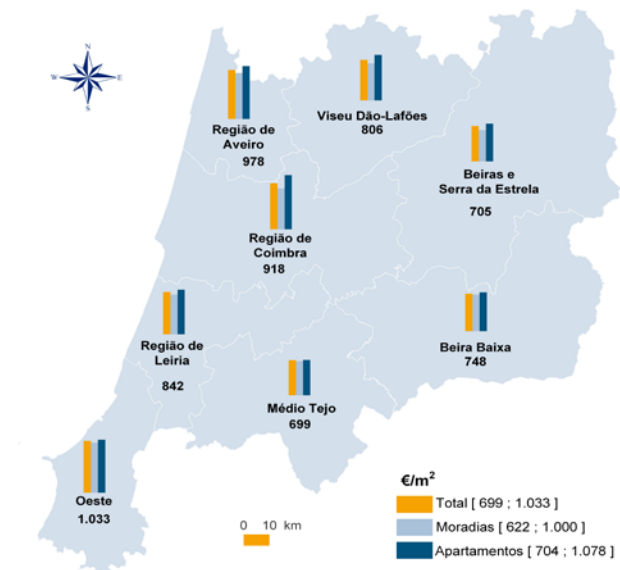
**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 6,5% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 1,2% nas moradias. O Oeste manteve-se como a sub-região com a avaliação mais elevada (1.033€/m²) e evidenciou também a valorização mais alta nas moradias (1.000€/m²). A Região de Coimbra era a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.078€/m²), enquanto a menos elevada ocorria no Médio Tejo (704€/m²), que foi também a sub-região menos valorizada em termos médios globais (699€/m²). Já as Beiras e Serra da Estrela era onde as moradias se encontravam menos valorizadas (622€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2021



Avaliação bancária da habitação no terceiro trimestre de 2021



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

1,8%

foi a taxa de inflação homóloga regional no trimestre, a mais elevada dos últimos oito anos

10,8%

foi o crescimento homólogo real das compras em terminais de pagamento automático na região

²⁴ Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC durante os meses de abril a julho de 2020 (nomeadamente aumentaram o número de preços estimados). A partir de agosto o apuramento do IPC voltou a ser feito com recurso ao trabalho de campo de inquiridores, à semelhança do que era feito até março de 2020. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não foram afetados por estas restrições.

No terceiro trimestre de 2021, o Índice de Preços no Consumidor voltou a aumentar na Região Centro e em Portugal. No contexto regional registou-se o crescimento mais elevado do nível geral dos preços desde 2013. A totalidade dos indicadores representativos do consumo privado continuaram a observar na Região Centro evoluções favoráveis.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC)²⁴, registou um acréscimo de 1,80%, em termos homólogos, observando o valor mais elevado dos últimos oito anos. Esta evolução regional superou a média nacional (que cresceu 1,49%) e acelerou o crescimento observado desde o quarto trimestre de 2020. Na região, nove das doze classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se com os acréscimos mais expressivos os “transportes” (5,73%), a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (2,84%), o “lazer, recreação e cultura” (1,89%) e a “saúde” (1,60%). As três restantes classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga, realçando-se, pela diminuição mais significativa, a “educação” (-2,92%).

Quadro 11 – Preços		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020 média trimestral	2019
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	1,49	0,77	0,41	-0,17	0,00	-0,01	0,34
Centro	v. h. (%)	1,80	1,34	0,52	0,03	-0,09	-0,10	0,32
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,78	-0,31	0,71	2,01	1,81	2,08	0,30
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,55	1,09	1,17	0,58	0,53	0,83	1,71
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-1,18	1,27	-0,13	-1,07	0,18	-2,03	-2,04
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	2,84	1,69	-1,14	-1,32	-1,34	-1,18	-0,63
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	0,52	-0,29	-0,65	-0,43	-1,10	-1,25	-1,41
Saúde	v. h. (%)	1,60	1,79	1,95	1,69	0,66	0,90	1,00
Transportes	v. h. (%)	5,73	4,94	0,09	-2,68	-2,64	-2,00	1,48
Comunicações	v. h. (%)	0,95	-0,15	-0,81	-1,16	-0,79	-2,05	-2,46
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	1,89	1,30	0,43	-0,63	-1,88	-1,72	-0,09
Educação	v. h. (%)	-2,92	-3,20	-3,25	-3,20	-2,18	-2,30	0,41
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	-0,30	0,36	1,56	2,48	1,91	1,88	0,95
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,33	1,64	1,09	1,00	1,44	1,27	1,86

A totalidade dos indicadores representativos do consumo privado evoluiu positivamente na Região Centro, parecendo refletir, em grande medida, os efeitos do gradual desconfinamento do país, da evolução muito positiva do plano de vacinação e da maior testagem da população. Este conjunto de medidas parece explicar a evolução positiva do consumo privado no trimestre, uma vez que permitiu uma maior circulação de pessoas e o funcionamento menos restritivo de determinados setores de atividade económica do que no período homólogo (coincidente com o primeiro desconfinamento após o início da pandemia em Portugal em março de 2020).

No terceiro trimestre de 2021, as compras, os levantamentos e os pagamentos em terminais automáticos continuaram a crescer na região e no país em termos homólogos reais. As compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) aumentaram 10,8% e 14,1% na Região Centro e em Portugal, respetivamente, em termos homólogos reais. Esta variação regional ocorrida nas compras em TPA foi explicada pelas compras realizadas em ambas as componentes (nacional e internacional), com destaque para o crescimento expressivo de 36,1% nas compras regionais realizadas no estrangeiro. Os levantamentos em caixas automáticos na região aumentaram em 5,4%, o que foi explicado pelo acréscimo homólogo real também em ambas as componentes (nacional e internacional), com relevo para os levantamentos no estrangeiro que cresceram 18,5%. Este aumento mais expressivo dos levantamentos com origem no estrangeiro pode ser explicado, em grande medida, pela maior circulação de pessoas, devido à evolução muito positiva do plano de vacinação e da maior testagem da população, associada ao facto de os meses que compõem o trimestre coincidirem com o período de férias de verão. Os pagamentos registaram um acréscimo homólogo real de 2,6% na região, mantendo a tendência de crescimento observada há mais de um ano e superando a média do país que cresceu 1,3%, em termos homólogos reais.

As receitas de cinema na região e no país aumentaram muito significativamente no terceiro trimestre de 2021 face ao homólogo. Com esta evolução, e apesar de existir um efeito de base associado à comparação homóloga, o setor do cinema parece estar a dar sinais de alguma recuperação, depois de em 2020 ter sido um dos setores mais afetados (com quebras de receitas de quase 100%) pelas restrições impostas para contenção da pandemia COVID-19 em Portugal.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram 8,3%, em termos homólogos reais, na Região Centro. Esta variação regional superou a da média nacional (que cresceu 7,9%), mantendo a trajetória de crescimento observada há quatro anos. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos cifrou-se nos 3,4%, igualando o valor do trimestre precedente e sendo o valor mais baixo dos últimos 12 anos. A nível nacional também se registou o peso mais baixo em 12 anos (5,3%).

As entradas intracomunitárias de bens de consumo registaram na região um aumento homólogo real de 3,9%, por oposição à média nacional que observou uma contração de 3,2%. Este crescimento das importações de bens de consumo deu continuidade à variação positiva dos dois trimestres anteriores, que havia infletido um ano de quebras homólogas reais, o que poderá resultar do alívio das medidas implementadas na maioria dos países da União Europeia, com os quais a região realiza transações, para combate à COVID-19.

Quadro 12 – Consumo Privado		3T21	2T21	1T21	4T20	3T20	2020	2019
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-3,2	20,1	-7,2	-5,0	-4,2	-5,5	5,4
Centro	v. h. real (%)	3,9	21,0	0,3	-1,7	-13,3	-9,1	2,2
Receitas de cinema**								
Portugal	milhares	10.874,4	4.784,1	143,9	2.719,8	3.972,9	5.141,9	20.797,7
	v. h. real (%)	169,7	#	-99,0	-87,5	-84,5	-75,3	5,4
Centro	milhares	1.417,0	571,5	11,6	334,7	477,3	636,1	2.727,2
	v. h. real (%)	192,5	#	-99,3	-88,6	-86,3	-76,7	3,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	7,9	8,7	-1,4	-1,0	1,4	3,9	10,8
Centro	v. h. real (%)	8,3	9,8	0,1	0,0	2,5	5,5	15,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	5,3	5,3	6,3	6,3	6,6	6,6	7,4
Centro	%	3,4	3,4	4,2	4,2	4,4	4,3	4,4
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	4,0	24,9	-15,6	-10,6	-11,8	-13,8	2,2
Centro	v. h. real (%)	5,4	25,7	-13,2	-6,6	-9,0	-10,8	2,7
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	1,3	16,4	-4,5	-2,1	1,8	-3,0	3,9
Centro	v. h. real (%)	2,6	14,1	1,8	5,8	10,4	3,9	3,7
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	14,1	38,3	-15,7	-8,3	-6,9	-10,7	8,0
Centro	v. h. real (%)	10,8	32,3	-9,1	-0,1	3,6	-1,6	8,8

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2021 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

#: Variação homóloga real muito elevada devido ao efeito de base

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – PO CI; inclusão social e emprego – PO ISE; capital humano – PO CH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – PO SEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 é atualmente de 28,8 mil milhões de euros²⁵, correspondendo ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros), que se destina exclusivamente à região, e ainda de concursos abertos nos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020 (programas operacionais com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

²⁵ Esta dotação traduz um conjunto de alterações que ocorreram neste terceiro trimestre de 2021, designadamente o reforço na dotação dos Programas de Desenvolvimento Rural em 1,0 mil milhões de euros (tratando-se de recursos relativos ao quadro financeiro de 2021-2027, que são integrados no PORTUGAL 2020 com vista a apoiar o período transitório 2021-2022), bem como a alocação de uma dotação adicional relativa aos fundos Next Generation EU que engloba, por um lado, a iniciativa REACT-EU (instrumento de reforço da política de coesão para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia COVID-19) no valor de 1,6 mil milhões de euros e, por outro, o reforço dos Programas de Desenvolvimento Rural em 354 milhões de euros (para ajudar as zonas rurais a efetuar as alterações estruturais necessárias em consonância com o Pacto Ecológico Europeu e a alcançar os objetivos ligados à Estratégia da Biodiversidade e à Estratégia do Prado ao Prado). Recorde-se que a dotação inicial do PORTUGAL 2020 era de 25,8 mil milhões de euros.

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

7,8
mil milhões de euros

de fundos europeus aprovados para a Região Centro até 30 de setembro de 2021

381,5
milhões de euros

em apoios para resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 no Centro

No PORTUGAL 2020, a 30 de setembro de 2021, estavam aprovados 7,8 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 11,6 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 381,5 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O CENTRO 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando 49% dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada (70%).

A 30 de setembro de 2021, encontravam-se aprovados 7,8 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 11,6 mil milhões de euros²⁶. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,0% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 201,1 milhões de euros nos apoios aprovados para a região, dos quais 133,6 milhões de euros foram financiados pelo CENTRO 2020, destacando-se o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, no valor de 65,5 milhões de euros, destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19, e o aumento de 12,9 milhões de euros nos incentivos ao emprego e ao empreendedorismo através do instrumento +CO3SO Emprego. De salientar ainda a aprovação de 29,7 milhões de euros de FSE, no PO ISE, para bolsas de estudo para alunos carenciados de ensino superior referentes ao ano letivo 2021/2022, ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 que visa apoiar o período transitório 2021-2022.

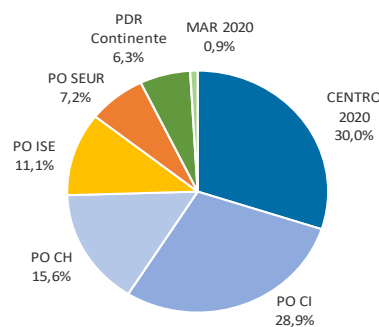
O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), sendo o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, concentrava 30,0% dos apoios aprovados para o território. Seguia-se o PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020), responsável por 28,9% dos apoios captados. Juntamente com os restantes programas operacionais temáticos (PO CH, PO ISE e PO SEUR), que têm a sua incidência em várias regiões, mobilizavam para o Centro 62,8% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,9 mil milhões de euros de fundos europeus.

²⁶ Em setembro de 2021, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

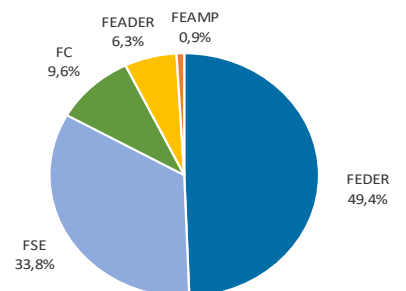
Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados "anulada" e "rescindida/revogada".

Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (30 de setembro de 2021)

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Praticamente metade das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER (49,4%), cujo volume de apoio ascendia a 3,8 mil milhões de euros. Seguiu-se o FSE, com 33,8% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,6 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 9,6% dos fundos europeus aprovados (747,4 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR) e o FEADER 6,3%. O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região (0,9%).

No final de setembro de 2021, os apoios aprovados na região para dar resposta aos efeitos da pandemia totalizavam 381,5 milhões de euros de fundos europeus, tendo-se registado um acréscimo de 67,0 milhões de euros face ao trimestre anterior. Este acréscimo traduziu-se quase na sua totalidade no incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, no valor de 65,5 milhões de euros, financiado pelo CENTRO 2020, incentivo destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19. Os restantes apoios correspondiam a 181,7 milhões de euros do sistema de incentivos à liquidez (programa APOIAR, do PO CI); a 101,7 milhões de euros do sistema de incentivos às empresas (financiados pelo PO CI e pelo CENTRO 2020); 27,5 milhões de euros atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo PO CH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos; 3,2 milhões de euros financiados pelo programa “Garantir Cultura”, do PO CI, para apoiar o tecido empresarial cultural no contexto da resposta à pandemia; 1,6 milhões de euros concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia (pelo MAR 2020); e 254 mil euros para a realização de testes de diagnóstico viral COVID-19 por parte da Universidade de Coimbra.

²⁷ A título exemplificativo, refira-se ainda:

- prazos de pagamento mais reduzidos;
- flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

Estes apoios do PORTUGAL 2020 para resposta à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia²⁷, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Destaque, neste âmbito, para a aprovação, pela Comissão Europeia, no final de setembro de 2020, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta reprogramação global do PORTUGAL 2020, envolvendo cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, teve como principais linhas de atuação: reforçar o investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e o mercado de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excecional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+). Devido a esta flexibilidade passaram a ser possíveis transferências entre fundos (FEDER, FSE e FC) e entre programas operacionais, havendo alterações na dotação global de vários programas operacionais. Posteriormente, a Comissão Europeia lançou a iniciativa REACT-UE (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa), que deu continuidade e alargou as medidas de resposta à situação de crise previstas na CRII e na CRII+. Esta iniciativa, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão, pretende acelerar a recuperação da crise pandémica e contribuir para uma recuperação ecológica, digital e resiliente da economia. A 28 de junho de 2021 foi aprovada a nova reprogramação do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI), que visou incorporar a dotação adicional proveniente do REACT-EU para 2021: 1.434 milhões de euros com alocação prevista a todo o continente (prevendo-se uma segunda tranche para o ano de 2022, que ainda carece de decisão da Comissão Europeia).

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a capacidade de resposta.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na disponibilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individualizado. No fundo, esta medida permitiu que os Estados Membros aplicassem verbas não utilizadas para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementou o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento pudessem ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade foi garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da União Europeia de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria.

No final de 2020, foi lançada a iniciativa REACT-EU (Assistência de Recuperação para a Coesão e os Territórios da Europa, acrónimo do inglês *Recovery Assistance for Cohesion and the Territories of Europe*) que complementou as duas iniciativas anteriores, enquanto instrumento de reforço da Política da Coesão criado para acelerar a recuperação da crise provocada pela pandemia do novo coronavírus, em direção a uma economia ecológica, digital e resiliente. Assumindo o conjunto das medidas a implementar, está prevista uma alocação adicional de recursos para Portugal de 1.971 milhões de euros ao longo de 2021 e 2022, que serão refletidos no PO CI (Portugal Continental) e nos Programas Operacionais dos Açores e da Madeira. A programação do REACT-EU no contexto do PORTUGAL 2020 apresenta as seguintes linhas de força: apoio à sobrevivência e estabilização da atividade empresarial (reforçar o apoio aos setores mais atingidos pela crise); apoio à manutenção e criação de emprego; apoio à resiliência do sistema de saúde (resposta às necessidades que resultam do combate à pandemia); apoio à recuperação e consolidação das aprendizagens; reforço do apoio à transição climática.

Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de setembro de 2021, estavam aprovados 5,4 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 8,2 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (30 de setembro de 2021)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	
Total - Centro	8.172.374	5.424.229	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	3.955.675	2.241.028	2.164.998	1.276.250	1.414.492	56,9	63,1
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.419.832	1.208.464	995.484	847.682	876.998	70,1	72,6
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	1.005.486	862.615	597.661	515.532	565.135	59,8	65,5
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	698.412	555.918	354.563	306.227	301.555	55,1	54,2
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)*	933.380	484.827	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	159.589	71.378	105.116	45.997	47.124	64,4	66,0

* No caso do PDR, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

** Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

*** Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100

x: Não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 30 de setembro de 2021, estavam aprovados 4,0 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,2 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 1,3 mil milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 56,9%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se uma ligeira diminuição dos fundos aprovados (de 730 mil euros) e um aumento de 218,1 milhões de euros dos fundos executados (dos quais 175,2 milhões de euros se referem ao programa APOIAR), que se refletiu num aumento de 9,7 pontos percentuais na taxa de realização (que compara o fundo executado com o fundo aprovado). Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,4 mil milhões de euros, representando 63,1% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (64,7%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 937,4 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (313,4 e 199,8 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 7,8% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC), complementar a montante e a jusante ao sistema de incentivos às empresas, 4,1%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 10,5% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,0 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,5 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,7 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 3,0% dos fundos europeus aprovados (perfazendo 66,4 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁸, com um montante de 14,0 milhões de euros de FSE aprovado para a região (0,6%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,1%).

²⁸ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

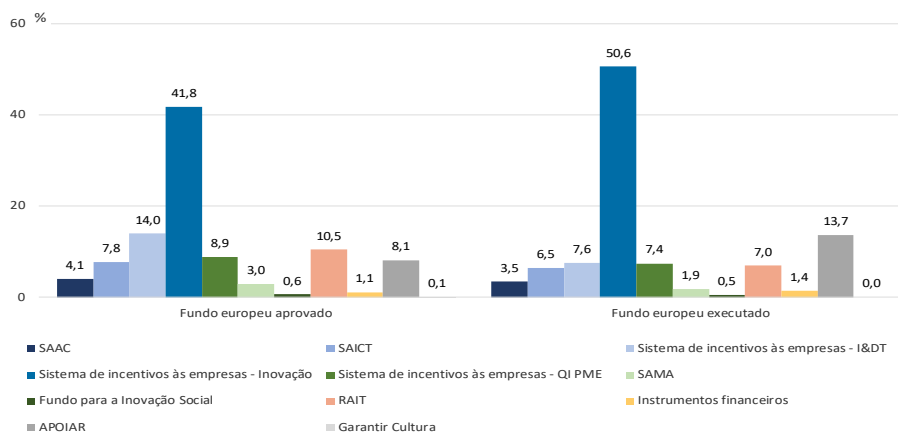
No final de novembro de 2020, foi criado o sistema de incentivos à liquidez, designado por programa APOIAR, um instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19. A 30 de setembro de 2021, estes apoios perfaziam 181,7 milhões de euros de FEDER, correspondendo a 8,1% do total de fundos europeus aprovados no PO CI.

A 30 de março de 2021 entrou em vigor o programa “Garantir Cultura”, um apoio universal a fundo perdido para mitigação dos impactos da crise pandémica no setor cultural e para estímulo à gradual retoma da sua atividade, permitindo a remuneração do trabalho artístico e técnico. Neste contexto, no terceiro trimestre de 2021 estavam aprovados 3,2 milhões de euros para o tecido empresarial do setor cultural e artístico (0,1% do total).

Assim, relativamente aos apoios para resposta à pandemia por COVID-19, até 30 de setembro de 2021, o COMPETE 2020 tinha aprovado, na região, 236,6 milhões de euros de fundo europeu. Este montante foi mobilizado pelos já referidos programa APOIAR (181,7 milhões de euros) e programa “Garantir Cultura” (3,2 milhões de euros) mas também por avisos específicos do sistema de incentivos às empresas (51,7 milhões de euros, correspondendo a 3,6% do total aprovado neste instrumento), sobretudo, pela via da inovação produtiva (80,3%) e, em menor escala, pela investigação e desenvolvimento empresarial (16,2%) e pela qualificação de PME (3,4%). Estavam validados 200,1 milhões de euros de fundo e pagos aos beneficiários 215,0 milhões de euros.

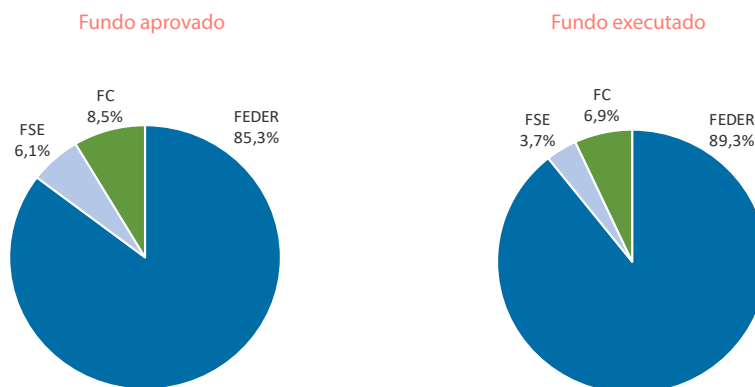
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)

- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo PO CI para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (85,3%), existindo também participações pelo Fundo de Coesão (8,5%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (6,1%). No caso do FSE, tratava-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e de planos de formação autónoma, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento de medidas de capacitação integradas em candidaturas ao SAAC.

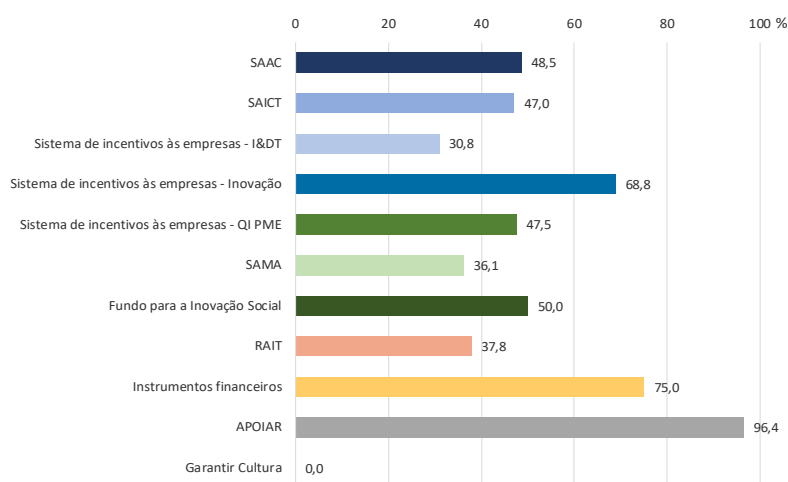
Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (30 de setembro de 2021)



Analisando o fundo executado, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 50,6% do total do fundo executado), do programa APOIAR (13,7%), dos instrumentos financeiros (1,4%) e do FEDER enquanto fundo financiador (89,3%). Nas restantes tipologias e fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado, sendo que no programa “Garantir Cultura” ainda não existia fundo europeu validado.

Considerando as taxas de realização, que comparam o fundo validado com o fundo aprovado em cada tipologia, destacavam-se, pelas elevadas realizações, praticamente as mesmas tipologias: programa APOIAR (96,4%), instrumentos financeiros (75,0%) e o sistema de incentivos à inovação (68,8%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 56,9%).

Taxa de realização no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



No **Programa Operacional Capital Humano** (PO CH), que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 30 de setembro de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 1,2 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,4 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 847,7 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 70,1% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de apenas 3,0 milhões de euros nos apoios aprovados, tendo o fundo executado aumentado 12,6 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização aumentou 0,9 pontos percentuais. No final do terceiro trimestre de 2021, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 877,0 milhões de euros, o que representava 72,6% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 55,7% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 673,0 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho.

Destacavam-se também os apoios para promover a aprendizagem ao longo da vida (20,3%, correspondendo a 245,8 milhões de euros), tratando-se de cursos de educação e formação de adultos (que permitem completar qualquer ciclo do ensino não superior ou obtenção de uma certificação profissional), cursos de aprendizagem (para conclusão do ensino secundário) e apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (direcionados a jovens e adultos que procurem desenvolver ou certificar as suas competências). Neste trimestre, o fundo europeu aprovado nesta tipologia foi reforçado em 2,8 milhões de euros.

Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 15,3% do fundo europeu aprovado (184,8 milhões de euros de FSE), traduzindo-se, sobretudo, em

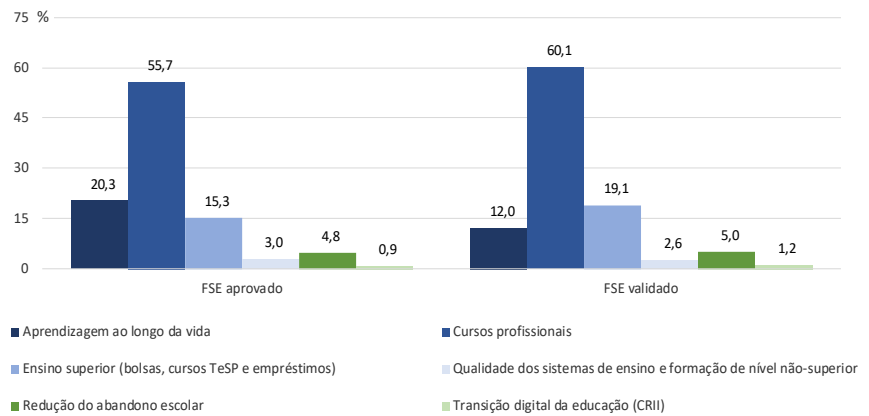
²⁹ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), os cursos TeSP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo PO ISE.

bolsas de estudo para alunos carenciados (139,4 milhões de euros), mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁹.

O combate ao abandono escolar absorvia 4,8% do FSE aprovado, traduzindo-se no financiamento de ofertas alternativas do ensino básico, como sejam os cursos de educação e formação de jovens, os cursos básicos do ensino artístico e especializado e os cursos vocacionais.

De destacar ainda, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia COVID-19, os 10,7 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação (0,9%), correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades.

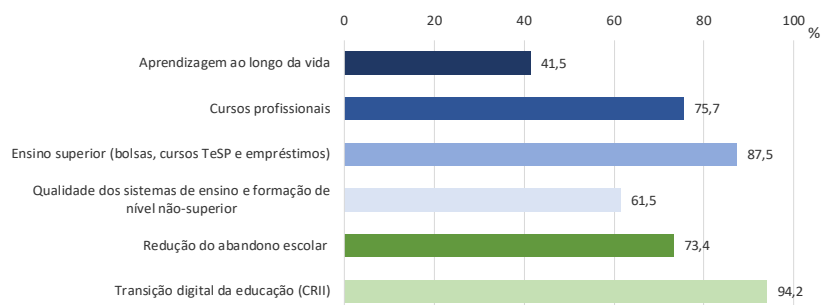
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, os cursos profissionais (60,1%) e os apoios direcionados ao ensino superior e formação avançada (19,1%).

As taxas de realização mais elevadas eram as dos apoios à transição digital da educação (94,2%), dos apoios ao ensino superior (87,5%, valor determinado em grande medida pela elevada execução das bolsas de ensino superior para alunos carenciados e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), dos cursos profissionais (75,7%) e ainda as dos cursos financiados no âmbito do combate ao abandono escolar (73,4%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 70,1%).

Taxa de realização no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do terceiro trimestre de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 1,0 mil milhões de euros de despesa elegível e 862,6 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 515,5 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 59,8%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 34,1 milhões de euros e o fundo executado 24,8 milhões de euros, o que implicou um aumento da taxa de realização em 0,5 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 565,1 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 65,5%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 17,5% do FSE aprovado (150,6 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

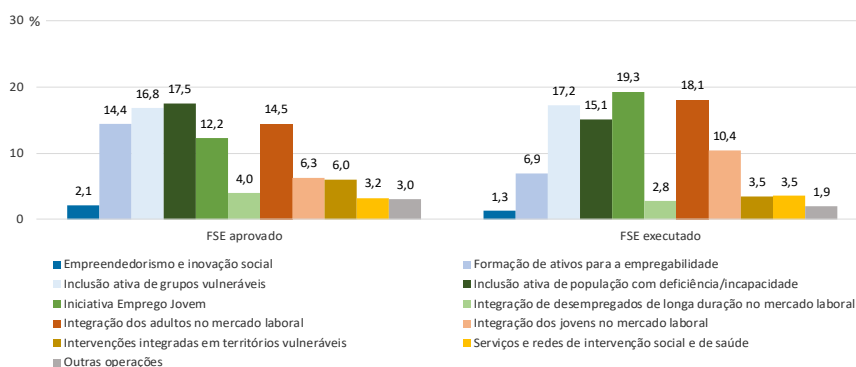
A inclusão de grupos vulneráveis concentrava 16,8% do FSE aprovado (145,1 milhões de euros), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados³⁰, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (131,1 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (14,0 milhões de euros de FSE). Neste trimestre, as bolsas de ensino superior para alunos carenciados conheceram um reforço de 29,7 milhões de euros, com a aprovação das bolsas de estudo para o ano letivo 2021/2022, ao abrigo do mecanismo extraordinário de antecipação do Portugal 2030 que visa apoiar o período transitório 2021-2022.

A integração de adultos no mercado laboral concentrava 14,5% do FSE aprovado (125,1 milhões de euros), traduzindo-se em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego. Já a formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 14,4% do FSE aprovado, perfazendo 124,0 milhões de euros (após um aumento de 3,5 milhões de euros neste trimestre).

Outra parte relevante do fundo aprovado (12,2%, totalizando 105,6 milhões de euros de FSE aprovado) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

³⁰ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

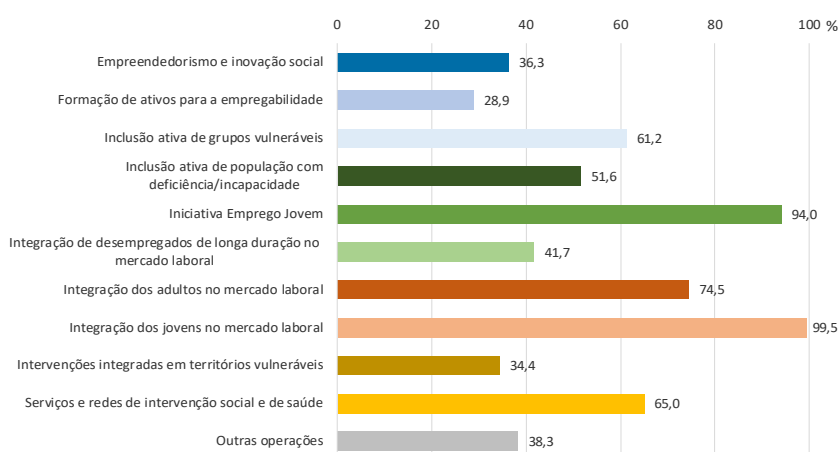
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se com os maiores montantes de fundo executado, a Iniciativa Emprego Jovem (19,3%), a integração de adultos no mercado laboral (18,1%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (17,2%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,1%).

Considerando as taxas de realização, destacavam-se a integração dos jovens (fora do âmbito da IEJ) no mercado laboral (99,5%), a Iniciativa Emprego Jovem (94,0%), a integração dos adultos no mercado laboral (74,5%), os serviços e redes de intervenção social e de saúde (65,0%) e a inclusão ativa de grupos vulneráveis (61,2%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 59,8%).

Taxa de realização no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 30 de setembro de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 698,4 milhões de euros de despesa elegível e 556,0 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 55,1%, com o fundo executado a ascender a 306,2 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos aprovados aumentaram 15,7 milhões de euros e os fundos executados 13,4 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 0,9 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 301,6 milhões de euros, representando 54,2% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 34,7% do fundo europeu aprovado (192,8 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 17,9% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,4%), transportes (12,5%) e infraestruturas públicas (5,0%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 69,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, com 60,0 milhões de euros referentes ao Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 27,8 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 12,9% do fundo aprovado, totalizando 71,5 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (21,7 milhões de euros), de desassoreamento da

zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (10,9 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam 70,9 milhões de euros, representando 12,8% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de determinados riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos elevados montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do Mondego para regularização do rio Pranto (5,9 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,1 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

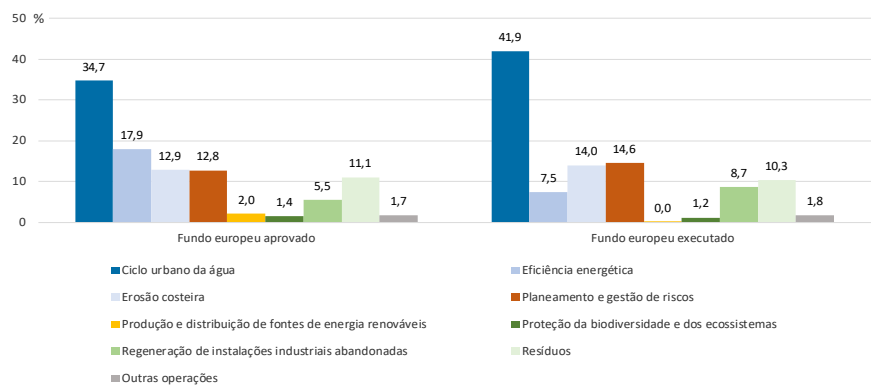
A valorização de resíduos captava 11,1% de fundo europeu aprovado (61,5 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,6 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão³¹, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

³¹ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

De referir neste trimestre, o aumento de 11,2 milhões de euros nos apoios à produção e distribuição de fontes de energia renováveis, que passaram a totalizar 11,4 milhões de euros de fundos europeus aprovados (2,2%). Este acréscimo foi justificado pela atribuição de 3,4 milhões de euros à instalação, em Ílhavo, de uma unidade de produção e enriquecimento de biometano e de 7,8 milhões de euros de fundo de coesão à implementação de três centrais de produção de hidrogénio localizadas na Marinha Grande (3,5 milhões de euros), no Cadaval (2,3 milhões de euros) e em Águeda (2,0 milhões de euros).

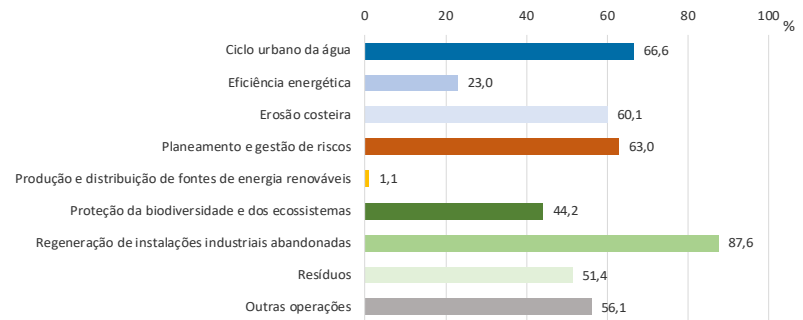
Quanto ao volume de fundo executado, o ciclo urbano da água absorvia 41,9% dos apoios validados.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de setembro de 2021)



Com as taxas de realização mais elevadas, destacava-se as tipologias da regeneração de instalações industriais abandonadas (87,6%) e do ciclo urbano da água (66,6%).

Taxa de realização no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (30 de setembro de 2021)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 30 de setembro de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 933,4 milhões de euros de despesa elegível e 484,8 milhões de euros de FEADER³². O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 14,7 milhões de euros.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 137,1 milhões de euros de FEADER (28,3% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental. Esta tipologia conheceu um incremento de 5,5 milhões de euros neste trimestre.

O desenvolvimento local era responsável por 12,8% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 62,2 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 20,2 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções relativas à implementação, gestão, funcionamento, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 42,0 milhões de euros correspondiam à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³³.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 11,3% do fundo europeu (54,7 milhões de euros, após um aumento de 3,0 milhões de euros neste trimestre). Destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), a modernização do aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), a modernização do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco das Salgadas, em Leiria (7,5 milhões de euros) e no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

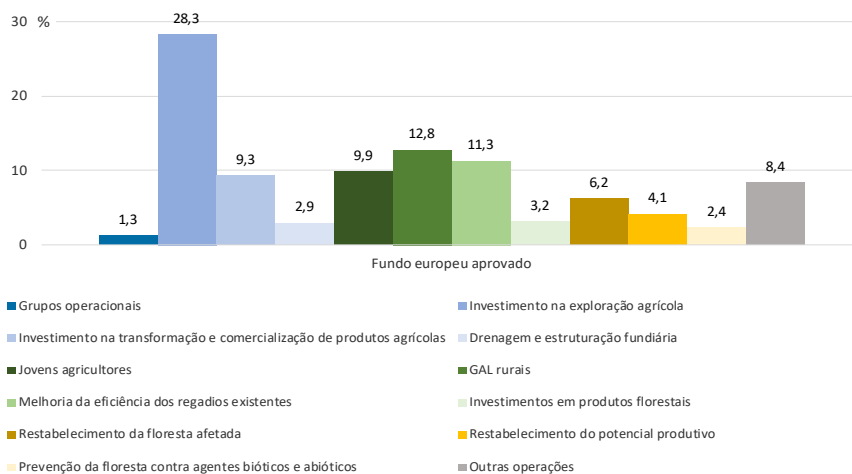
De destacar ainda os apoios a jovens agricultores que absorviam 9,9% do FEADER aprovado (totalizando 47,8 milhões de euros, após um aumento de 3,9 milhões de euros neste trimestre) e os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 9,3% do fundo aprovado³⁴.

³² Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

³³ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

³⁴ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 30 de setembro de 2021, na Região Centro, tinham sido aprovados 159,6 milhões de euros de despesa elegível e 71,4 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 64,4%, ascendendo o fundo validado a 46,0 milhões de euros. Os pagamentos aos beneficiários totalizavam 47,1 milhões de euros, representando 66,0% dos fundos aprovados. Neste trimestre, a taxa de realização aumentou 3,7 pontos percentuais, decorrente dos acréscimos de 635 mil euros no fundo aprovado e de 3,0 milhões de euros no fundo executado.

No final de setembro de 2021, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 41,6% do fundo aprovado, correspondendo a 29,7 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 12,9 milhões de euros e uma participação financeira de FEAMP de 4,8 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

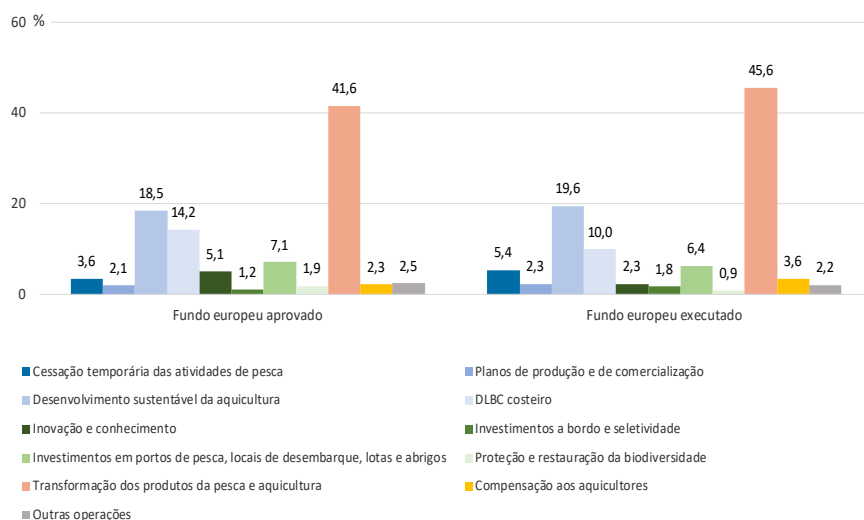
Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 18,5% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, três projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos, a uma unidade de engorda de linguado e à modernização de uma unidade de produção de pregado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 10,1 milhões de euros (14,2%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 8,0 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 7,1% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Pelo seu carácter de excecionalidade, é ainda de referir os apoios concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia COVID-19, no valor de 1,6 milhões de euros (2,3%).

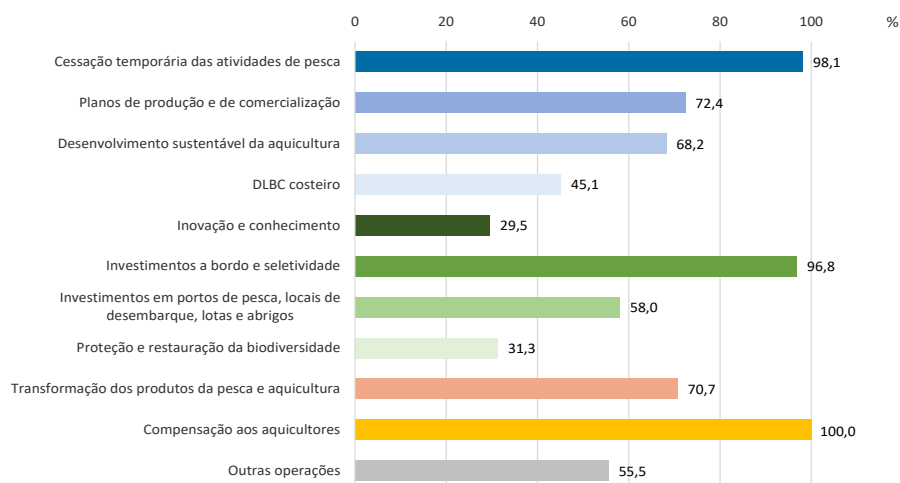
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de setembro de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se pelos elevados montantes de fundo executado, as medidas que também absorviam a maioria do fundo aprovado, ou seja, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura (45,6% do total validado), ao desenvolvimento sustentável da aquicultura (19,6%) e ao desenvolvimento local costeiro (10,0%).

No entanto, as tipologias com as taxas de realização mais elevadas (que comparam o fundo validado com o respetivo fundo aprovado) eram as compensações aos aquicultores devido à pandemia (100%), a cessaçao temporária das atividades de pesca (98,1%), os investimentos a bordo e seletividade (96,8%), os planos de produção e de comercialização (72,4%) e a transformação dos produtos da pesca e aquicultura (70,7%).

Taxa de realização no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (30 de setembro de 2021)



CENTRO 2020

A 30 de setembro de 2021, 130,6% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 460 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 22.968 candidaturas, com intenções de investimento na região de 8,7 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do terceiro trimestre de 2021 tinham sido aprovadas 9.636 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 3,5 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 2,3 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 133,6 milhões de euros. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 416 mil euros e um apoio europeu de 242 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		setembro 2021	junho 2021	março 2021	dezembro 2020	setembro 2020
Concursos						
Total	número	460	454	447	423	420
Fundo europeu	milhões €	2.814,3	2.735,3	2.644,6	2.482,7	2.453,8
	% da dotação de fundo	130,6	126,9	122,7	115,2	113,9
Em aberto	número	6	4	14	7	96
Fundo europeu	milhões €	31,5	57,0	115,1	55,7	143,3
Encerrados	número	454	450	433	416	324
Fundo europeu	milhões €	2.782,8	2.678,3	2.529,5	2.427,0	2.310,5
Candidaturas apresentadas						
Total	número	22.968	22.438	22.165	20.914	20.457
Investimento total previsto	milhões €	8.726,9	8.055,3	7.785,8	7.509,2	7.075,3
Operações aprovadas						
Total	número	9.636	9.421	8.993	8.449	8.350
Investimento total	milhões €	4.011,2	3.840,4	3.701,4	3.375,1	3.272,0
Investimento elegível	milhões €	3.462,4	3.295,5	3.159,8	2.886,9	2.790,6
Fundo europeu	milhões €	2.328,3	2.194,7	2.087,1	1.915,0	1.843,1

O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 53,8% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,1 mil milhões de euros de investimento elegível e 1,3 mil milhões de euros de incentivos.

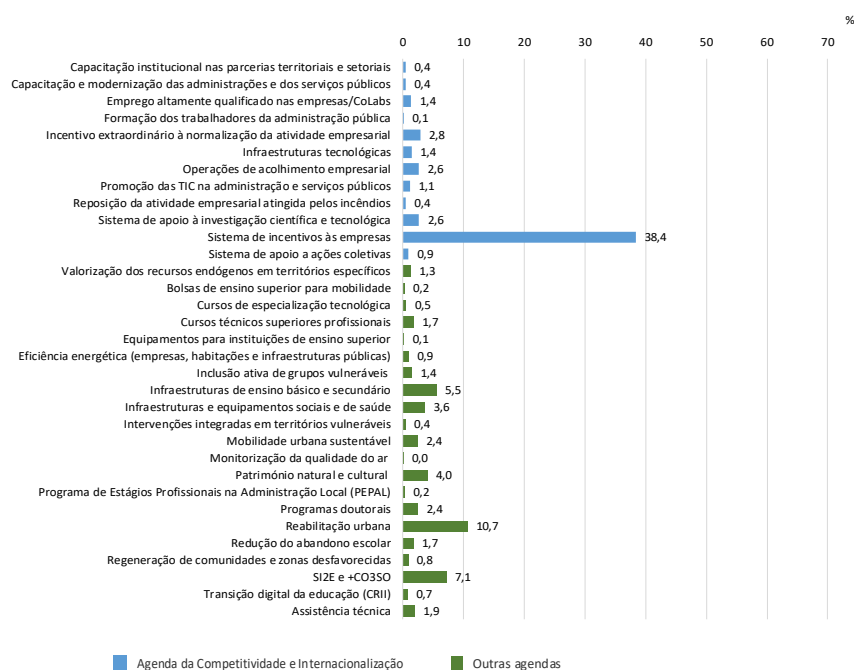
A maioria destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 893,7 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 38,4% do fundo europeu total aprovado.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,6% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

As operações de acolhimento empresarial também concentravam 2,6% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas.

De destacar ainda neste domínio da competitividade, o incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, aprovado no início de setembro de 2021, no valor de 65,5 milhões de euros (2,8%), destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho das empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia por COVID-19.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 1,1 mil milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,7%, totalizando 248,0 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,5%, perfazendo 127,7 milhões de euros de fundo aprovado), ao património natural e cultural (4,0%), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,6%), a programas doutorais (2,4%), à mobilidade urbana sustentável (2,4%), à redução do abandono escolar (1,7%, correspondendo ao financiamento dos Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e dos Programas Territórios Educativos de Intervenção Prioritária promovidos pelas escolas) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,4%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 248,0 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

De referir ainda, pela sua relevância, os incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (que compreendem o SI2E e o +CO3SO Emprego), que concentravam 165,4 milhões euros de fundos europeus (7,1%), após um aumento de 12,9 milhões de euros neste trimestre referentes a aprovações no +CO3SO Emprego. Note-se que, durante o segundo trimestre de 2017, foram lançados os primeiros avisos de concurso do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados). Para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as comunidades intermunicipais (CIM) e os grupos de ação local (GAL), uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros. Adicionalmente, em julho de 2020, foram abertos os primeiros avisos de concurso do novo Sistema de Apoios ao Emprego e ao Empreendedorismo, denominado “+CO3SO Emprego”, instrumento que visa também apoiar a criação de emprego e o empreendedorismo, incluindo o empreendedorismo social.

³⁵ Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizava um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

³⁶ O Banco Português de Fomento foi constituído no dia 3 de novembro de 2020 através da fusão da PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A. e da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A. Esta instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.

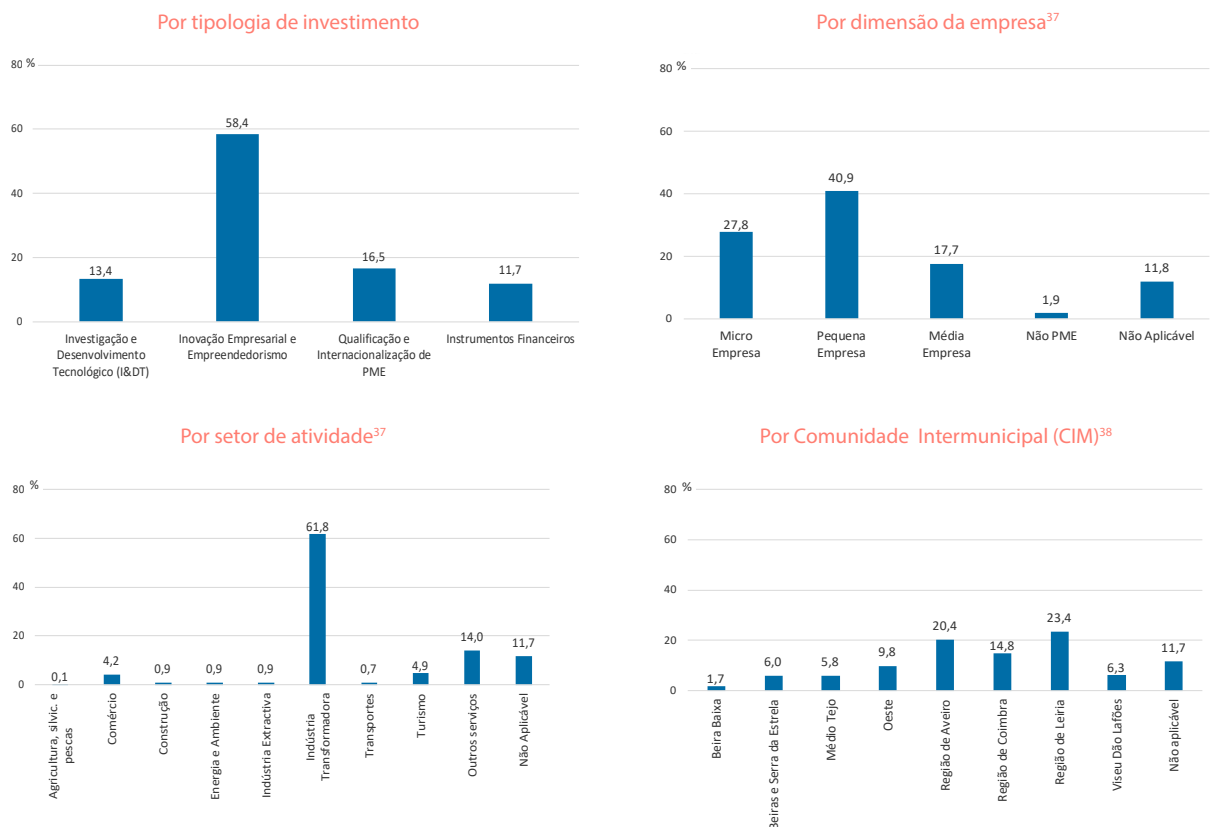
³⁷ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁸ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 58,4% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (522,2 milhões de euros), enquanto apenas 13,4% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (11,7% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas)³⁵, valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e o Banco Português de Fomento (ex-Instituição Financeira de Desenvolvimento)³⁶.

Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (40,9%) e microempresas (27,8%) e à indústria transformadora (61,8%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (30 de setembro de 2021)

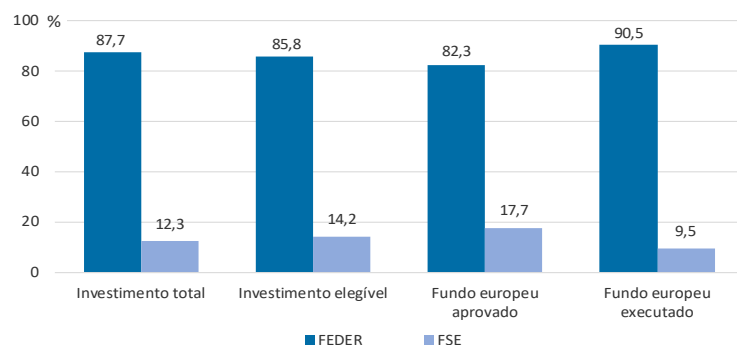


Foi também através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizaram algumas das medidas de resposta à pandemia direcionadas às empresas. Assim, até 30 de setembro de 2021, neste âmbito, tinham sido aprovados, no sistema de incentivos às empresas, 50,0 milhões de euros de fundo europeu (5,6% do total aprovado no sistema de incentivos às empresas). Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (70,0%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (10,3%) e para a IDT (19,7%). Como já referido, em termos de apoios empresariais, o CENTRO 2020 financiou também 65,5 milhões de euros relativos ao incentivo extraordinário à normalização da atividade empresarial, destinado a apoiar a manutenção dos postos de trabalho nas empresas cuja atividade foi suspensa ou reduzida na sequência das medidas adotadas para contenção da pandemia. A estes apoios empresariais, acresciam ainda 16,8 milhões de euros de FSE para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos e 254 mil euros para a realização de testes de diagnóstico viral COVID-19 pela Universidade de Coimbra. Assim, no final de setembro de 2021, o CENTRO 2020 totalizava 132,6 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise pandémica. Deste valor, estavam validados 40,6 milhões de euros e pagos aos beneficiários 63,9 milhões de euros.

³⁹ Em setembro de 2020, foi aprovada uma nova reprogramação do PORTUGAL 2020 com o objetivo de redirecionar fundos da política de coesão para a resposta à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19. No que respeita ao CENTRO 2020, a reprogramação não alterou a dotação global do programa, mas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores. A dotação de FEDER passou de 1.711,5 para 1.814,3 milhões de euros, enquanto a dotação de FSE passou de 443,5 para os atuais 340,7 milhões de euros (ou seja, 84,2% de FEDER e 15,8% de FSE).

A 30 de setembro de 2021, o FEDER cofinanciava 82,3% dos incentivos aprovados no CENTRO 2020, correspondendo a um volume de fundo de 1,9 mil milhões de euros (112,0% da dotação programada). O FSE cofinanciava os restantes 17,7%, que se traduziam em 411,1 milhões de euros de fundo europeu e 92,7% da dotação programada³⁹.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no CENTRO 2020, por tipologia de fundo (30 de setembro de 2021)



As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (33,4 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) aos incentivos atribuídos ao emprego e empreendedorismo no S1ZE e no +CO3SO Emprego (72,5 milhões de euros), (ii) às medidas de apoio à manutenção dos postos de trabalho (65,5 milhões de euros), (iii) a programas doutorais (56,9 milhões de euros), (iv) a medidas que visam a redução do abandono escolar precoce (47,6 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária⁴⁰, (v) a cursos técnicos superiores profissionais (40,3 milhões de euros), (vi) à contratação de recursos aos apoios humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (31,6 milhões de euros), (vii) aos apoios à Transição Digital da Educação (16,8 milhões de euros), (viii) a cursos de especialização tecnológica (11,5 milhões de euros), (ix) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (9,5 milhões de euros), (x) a ações de capacitação dos serviços da administração pública no âmbito do Sistema de Apoio à Transformação Digital da Administração Pública (9,4 milhões de euros), (xi) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (5,7 milhões de euros), (xii) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (xiii) a formação de empresários e trabalhadores de empresas (3,4 milhões de euros) e (xiv) a formação de trabalhadores da Administração Local (1,9 milhões de euros).

⁴⁰ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

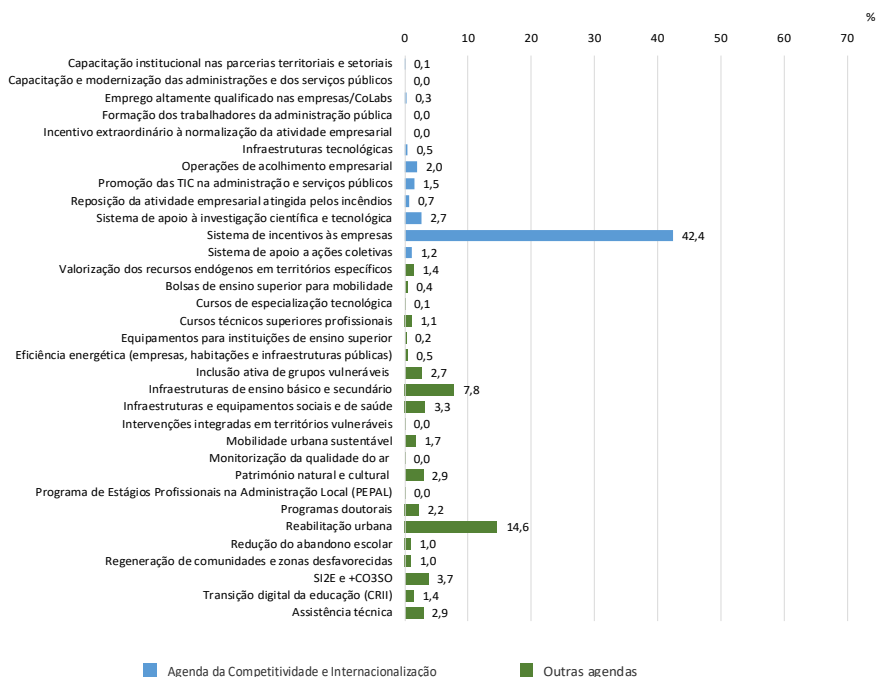
No final de setembro de 2021, o programa operacional regional tinha 108,0% da sua dotação comprometida e estavam validados 1,1 mil milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 52,8%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 3,8 pontos percentuais, situando-se nos 55,3 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 diminuiu ligeiramente para os 48,8% (uma vez que, neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 133,6 milhões de euros, enquanto o fundo executado aumentou apenas 52,1 milhões de euros).

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 1,2 mil milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (105,5%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 51,6%. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 1,0 mil milhões de euros, correspondendo a 48,5% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		setembro 2021	junho 2021	março 2021	dezembro 2020	setembro 2020
Execução financeira						
Despesa executada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1.594.813	1.522.403	1.361.258	1.271.593	1.118.346
Fundo europeu	milhares €	1.137.231	1.085.149	949.438	879.758	762.408
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	1.200.327	1.135.945	999.664	940.897	839.382
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	1.044.651	892.530	766.637	767.346	673.186
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	108,0	101,8	96,8	88,9	85,5
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	52,8	50,4	44,1	40,8	35,4
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	48,8	49,4	45,5	45,9	41,4
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	51,6	51,8	47,9	49,1	45,5
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	105,5	104,7	105,3	106,9	110,1
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	48,5	41,4	35,6	35,6	31,2

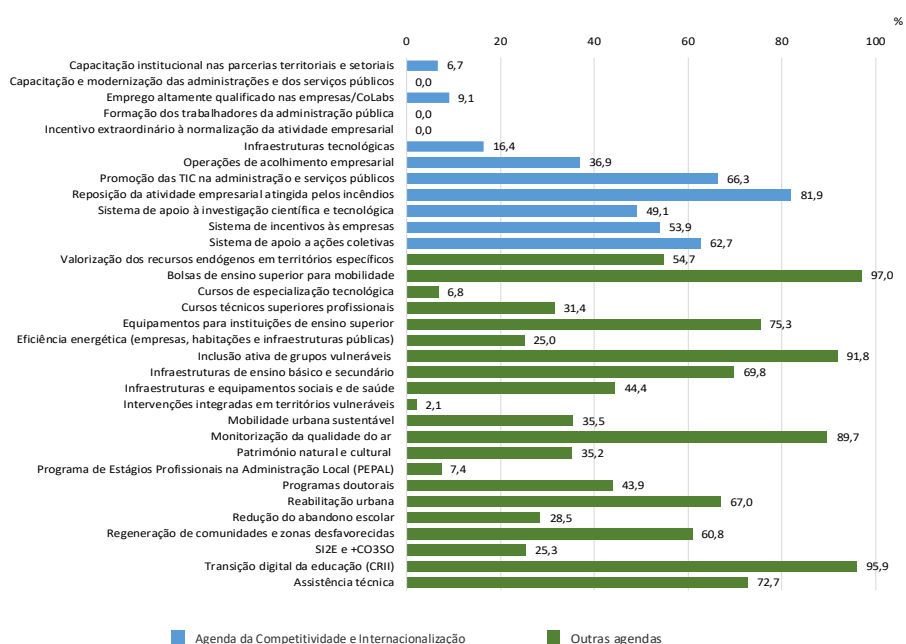
Analisando agora a distribuição do fundo executado por tipologias, verificava-se que, o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (42,4%), seguindo-se a reabilitação urbana (14,6%) e as infraestruturas de ensino básico e secundário (7,8%). Nestas tipologias, o peso do fundo executado era até superior ao peso do respetivo fundo aprovado. Quanto ao fundo financiador, existia uma grande preponderância do FEDER no volume de execução (90,5%).

Distribuição do fundo europeu executado no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



No entanto, considerando as taxas de realização destacavam-se, pelos elevados valores, as bolsas de ensino superior para mobilidade (97,0%), os apoios à transição digital da educação (95,9%) e o trabalho socialmente necessário (91,8%). As tipologias com os maiores volumes de fundo aprovado e executado apresentavam taxas de realização acima da média do programa operacional regional (de 48,8%): 53,9% no total do sistema de incentivos às empresas (com grande diferenciação entre as taxas de realização da inovação produtiva, 63,9%, e de QI PME, 41,5%, ou de IDT, 31,5%), 67,0% na reabilitação urbana e 69,8% nas infraestruturas de ensino básico e secundário. Devido ao elevado volume de aprovações no +CO3SO Emprego no ano de 2021, a taxa de realização dos apoios ao emprego e empreendedorismo situava-se nos 25,3%. Já a taxa de realização do FEDER ascendia a 53,7%, enquanto a do FSE se situava nos 26,2%.

Taxa de realização no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (30 de setembro de 2021)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 2011 compatibilizada com a base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021, Base 2011 compatibilizada com a base 2021 e Base 1998)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 22, n.º 23, n.º 24, n.º 25 e n.º 26
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)



comissão de coordenação e desenvolvimento regional do centro

CENTRO

20	20
20	20

PORTUGAL **2020**



UNIÃO EUROPEIA
Fundos Europeus
Estruturas e de Investimento